



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

BRUNO SILVEIRA DE LIMA

**DESEMPENHO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO: UMA
DESIGN RESEARCH NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

**SÃO CRISTOVÃO
2020**

BRUNO SILVEIRA DE LIMA

**DESEMPENHO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO: UMA
DESIGN RESEARCH NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal de Sergipe, Campus de São Cristóvão, Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração, curso de Administração.

Orientadora: Prof. Dr^a. Glessia Silva de Lima
Área: Administração Financeira, Gestão Pública.

**SÃO CRISTOVÃO
2020**

BRUNO SILVEIRA DE LIMA

**DESEMPENHO FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO: UMA
DESIGN RESEARCH NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal de Sergipe, Campus de São Cristóvão, Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração, curso de Administração.

Orientadora: Prof. Dr^a. Glessia Silva de Lima

Área: Administração Financeira, Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora
Prof. Dr^a. Glessia Silva de Lima

Prof. Me. Eduardo Alberto da Silva Farias

Prof^a. Me. Thayse Santos da Cruz

São Cristóvão, 25 de setembro de 2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me proporcionar todos os recursos necessários para a realização deste trabalho.

Agradeço à minha família por me apoiar durante todo o período de realização desta pesquisa, mesmo durante uma pandemia que modificou o mundo como o conhecemos.

À Professora Glessia, minha orientadora, pela paciência e dedicação em me orientar, sempre visando um trabalho de melhor qualidade e relevância para a comunidade acadêmica.

Aos meus amigos e aos membros da EJAUFS Consultoria, por acreditarem em mim e no meu trabalho, em especial, à Andréa, que sempre buscou me incentivar durante a pesquisa, a Héder e Phillipe, que me incentivaram a elaborar o trabalho antecipadamente, o que se mostrou importante na sua conclusão antes do início do período seguinte e ao Lucas que se dispôs a auxiliar na revisão final.

Por fim, agradeço a todos que me auxiliaram direta ou indiretamente durante a realização do projeto.

RESUMO

Com a crescente preocupação que se tem quanto ao orçamento das Universidades Federais brasileiras e paralisações das suas atividades por falta de recursos, a gestão financeira pública surge como possível solução ou, pelo menos, mitigadora do problema enfrentado por essas instituições, incluindo a Universidade Federal de Sergipe, que é objeto da presente pesquisa. Assim, o objetivo deste trabalho foi o de propor melhorias na gestão financeira de uma universidade pública por meio de uma análise financeira da instituição. Sendo que esta análise foi feita com base em demonstrações contábeis da Universidade, por meio de uma *design research*, que é uma metodologia que auxiliou na análise do problema e na criação de um processo que, apesar de não gerar mudanças significativas nos índices analisados, resultou em uma proposta com o potencial de reduzir os efeitos dos cortes orçamentários, enriquecer o aprendizado dos alunos, além de servir como parâmetro para outras universidades que busquem melhorar seu desempenho financeiro-orçamentário.

Palavras Chave: Desempenho financeiro-orçamentário. Administração pública. Índices. *Design Research*.

ABSTRACT

With the growing concern about the budget of Brazilian Federal Universities and the interruption of their activities due to lack of resources, public financial management emerges as a possible solution or, at least, mitigating the problem faced by these institutions, including the Federal University of Sergipe, which is the subject of this research. Thus, the objective of this work was to propose improvements in the financial management of a public university through a financial analysis of the institution. Since this analysis was made based on the financial statements of the University, through design research, which is a methodology that helped in the analysis of the problem and in the creation of a process that, despite not generating significant changes in the analyzed indexes, resulted in a proposal with the potential to reduce the effects of budget cuts, enrich student learning, and serve as a benchmark for other universities seeking to improve their financial performance.

Keywords: Financial performance. Public administration. Indexes. Design Research.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Evolução dos Modelos de Gestão Pública no Brasil.....	17
Figura 02 – Etapas da Design Research.....	35
Figura 03 – Soluções Sugeridas pela Pesquisa.....	61
Figura 04 – Apresentação do Artefato.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Etapas da <i>Design Research</i> e Atividades da Pesquisa.....	36
Quadro 02 – Relação entre as Etapas da <i>Design Research</i> , Dimensões e Aspectos em Análise.....	37
Quadro 03 – Comparativo entre os testes sugeridos por Yin e os utilizados no projeto.....	38
Quadro 04 – Critérios Adotados Para as Soluções	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Tabela da Inflação Acumulada.....	41
Tabela 02 – Índices do Balanço Orçamentário.....	42
Tabela 03 – Análise Vertical e Horizontal do Balanço Orçamentário.....	44
Tabela 04 – Índices do Balanço Financeiro.....	46
Tabela 05 – Análise Vertical e Horizontal dos Ingressos do Balanço Financeiro.....	49
Tabela 06 – Análise Vertical e Horizontal dos Dispêndios do Balanço Financeiro.....	50
Tabela 07 – Índices do Balanço Patrimonial.....	52
Tabela 08 – Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial.....	53
Tabela 09 – Índice da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	55
Tabela 10 – Análise Vertical e Horizontal da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	56
Tabela 11 – Cenários para Arrecadações com a Primeira Sugestão.....	62
Tabela 12 – Cenários de Reduções Obtidas com a Segunda Sugestão.....	63
Tabela 13 – Estimativas de Redução de Despesas com Aumento de Diplomados.....	64
Tabela 14 – Total das Estimativas Realizadas.....	64

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Problema de Pesquisa.....	13
1.2	Objetivos.....	13
1.2.1	Objetivo geral.....	13
1.2.2	Objetivos específicos.....	14
1.3	Justificativa.....	14
1.4	Organização do projeto.....	15
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1	Gestão Pública e Desempenho Financeiro-Orçamentário.....	16
2.2	Contabilidade Pública e Gestão Financeira.....	19
2.2.1	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.....	21
2.2.2	Índices Aplicados ao Setor Público.....	24
3	METODOLOGIA.....	34
3.1	Questões de Pesquisa.....	34
3.2	Caracterização do Estudo.....	34
3.3	Estratégia de Pesquisa.....	34
3.4	Coleta dos Dados.....	37
3.5	Análise.....	38
4	Apresentação e Discussão dos Resultados.....	40
4.1	Levantamento das Informações Contábeis.....	40
4.2	Análise Financeira da Universidade.....	41
4.2.1	Análise do Balanço Orçamentário.....	42
4.2.2	Análise do Balanço Financeiro.....	45
4.2.3	Análise do Balanço Patrimonial.....	51
4.2.4	Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais.....	55
4.3	Proposta.....	58
4.3.1	Critérios para as Soluções.....	59
4.3.2	Soluções Sugeridas.....	60
4.4	Artefato.....	65
5	Conclusão.....	71

Referências.....	73
ANEXO A – Balanço Orçamentário Aplicado ao Setor Público.....	80
ANEXO B – Balanço Financeiro Aplicado ao Setor Público.....	84
ANEXO C – Balanço Patrimonial Aplicado ao Setor Público.....	85
ANEXO D – Demonstração das Variações Patrimoniais Aplicada ao Setor Público.....	89
ANEXO E – Balanço Orçamentário da UFS em 2015.....	90
ANEXO F – Balanço Orçamentário da UFS em 2016.....	96
ANEXO G – Balanço Orçamentário da UFS em 2017.....	101
ANEXO H – Balanço Orçamentário da UFS em 2018.....	106
ANEXO I – Balanço Financeiro da UFS em 2015.....	111
ANEXO J – Balanço Financeiro da UFS em 2016.....	114
ANEXO K – Balanço Financeiro da UFS em 2017.....	117
ANEXO L – Balanço Financeiro da UFS em 2018.....	120
ANEXO M – Balanço Patrimonial da UFS em 2015.....	123
ANEXO N – Balanço Patrimonial da UFS em 2016.....	126
ANEXO O – Balanço Patrimonial da UFS em 2017.....	129
ANEXO P – Balanço Patrimonial da UFS em 2018.....	132
ANEXO Q – Demonstração das Variações Patrimoniais da UFS em 2015.....	135
ANEXO R – Demonstração das Variações Patrimoniais da UFS em 2016.....	138
ANEXO S – Demonstração das Variações Patrimoniais da UFS em 2017.....	141
ANEXO T – Demonstração das Variações Patrimoniais da UFS em 2018.....	144

1. INTRODUÇÃO

Quando se fala em desempenho, normalmente se atribui seu significado à execução. Dessa forma, ao dizer que se tem um bom desempenho, se faz uma comparação entre os resultados do que foi executado anteriormente aos resultados atuais, e isso se aplica a diversas situações, seja ao ambiente esportivo, acadêmico ou até mesmo organizacional (KISS et al., 2004; RODRIGUES; BARRERA, 2007; DANTAS; SANTOS; LIMA, 2018).

Um dos tipos de desempenho mais citados em organizações é o desempenho econômico-financeiro, sendo que, segundo Silva et al (2016), os aspectos econômicos se referem à rentabilidade e, portanto, ao lucro, já os aspectos financeiros se referem à estrutura patrimonial da organização.

Porém, a análise do desempenho econômico-financeiro de uma organização (que envolve também a comparação entre o passado e o presente) não possui um fim em si mesma, mas é importante para a tomada de decisões de um gestor a respeito de como gerir as finanças da empresa, seja na captação de recursos ou controle de gastos, e que pode ser determinante no seu futuro, como se percebe com Camargo (2007).

Entretanto, uma boa gestão financeira não é um desejo restrito ao ambiente corporativo, de forma a se estender também às organizações públicas, lhes permitindo obter um melhor desempenho, pois como afirma Klering et al (2010), as instituições públicas estão se aproximando cada vez mais de uma gestão com foco em metas e resultados, a fim de proporcionar maior qualidade aos serviços ofertados à população com uma maior eficiência nos gastos.

Exemplo disso é a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal que, segundo Steinhagen e Silva (2018), foi realizada por haver problemas seja no adequado repasse de informações fiscais das entidades públicas e até mesmo por haver um elevado desperdício dos recursos públicos, de forma a ocasionar um desequilíbrio econômico e, conseqüentemente, um *déficit* nas contas públicas.

Dessa forma, uma alternativa para equilibrar as contas do governo é a redução de gastos, porém apesar de prestarem importante serviço à sociedade em pesquisas científicas, ensino e extensão, as universidades públicas e, mais especificamente, a Universidade Federal de Sergipe (objeto de estudo desse trabalho), sofreram cortes orçamentários em 2019, segundo OAB/SE (2019). Sendo

que esses cortes podem ser ainda mais prejudiciais caso surjam novas necessidades de recursos, o que é provável de acontecer em crises como a atual pandemia do coronavírus.

Assim, a importância de se obter um bom desempenho financeiro-orçamentário na universidade se torna ainda maior e, para isso, pode-se fazer o uso de índices financeiros-orçamentários, que se apoiam nas informações contábeis da instituição e que, segundo Oliveira et al. (2010, p. 11), permitem ao gestor saber o desempenho atual, a fim de se buscar alternativas que o auxiliem a alcançar o desempenho esperado.

Como forma de se alcançar os resultados desejados pelo trabalho, será feito o uso de uma metodologia que proporcione melhores condições para a criação de uma solução eficaz, aplicável ao contexto do objeto de estudo e passível de ser replicado por outros pesquisadores. Essa metodologia é chamada *design research*, que ainda é pouco difundida na academia, mas possui grande utilidade por proporcionar o uso de conhecimentos científicos na resolução de problemas práticos, pois, como afirmado por Freitas Jr et al. (2015), se baseia no contexto real do fato estudado.

Portanto, com este trabalho espera-se contribuir com o aumento da eficiência organizacional de uma universidade pública, tendo como objeto de estudo a UFS, com o auxílio da *design research*, e apoiadas em uma análise das demonstrações contábeis da respectiva organização.

Um aspecto importante neste trabalho e que deve ser observado em sugestões para o setor público é que cada proposta de melhoria financeira-orçamentário, deve ser delimitada pelo papel social da instituição e não o inverso, ou seja, a qualidade dos serviços prestados pela instituição deve sempre ser priorizada, de forma a não gerar prejuízos de ordem social.

1.1 Problema de pesquisa

Ao analisar os objetivos das universidades públicas brasileiras como ensino, pesquisa e extensão, e a possibilidade de melhor direcionar os investimentos nessas áreas por meio de um melhor desempenho financeiro-orçamentário, além dos recentes cortes orçamentários dessas instituições, surge o seguinte questionamento: **como o desempenho financeiro-orçamentário de universidades públicas pode ser melhorado sob a perspectiva da UFS?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Propor formas de melhorar o desempenho financeiro-orçamentário em uma universidade pública por meio de uma análise financeira da instituição, tomando a UFS como objeto de estudo.

1.2.2 Objetivos específicos

Para resolução do problema de pesquisa, o objetivo geral deste trabalho pode ser desmembrado nas seguintes etapas:

- Levantar as informações contábeis da instituição pública;
- Analisar a situação financeira da universidade pública com o uso das demonstrações contábeis definidas anteriormente;
- Apresentar uma possível solução para os problemas identificados.

1.3. Justificativa

Como um dos deveres do Estado, se tem o uso dos recursos públicos para a prestação de serviços à população. Assim, parte importante desses serviços é o ensino superior que, segundo Inep (2019), possui 2.077.481 alunos distribuídos entre 63 Universidades públicas, sendo que, como exemplo, se tem a Universidade Federal de Sergipe (UFS) como objeto de estudo deste trabalho e que, segundo a Assessoria de Comunicação - UFS (2020), possui cerca de 32.242 alunos matriculados, seja no ensino básico e médio (Codap), cursos de graduação (presencial e EAD) e programas de pós-graduação.

Além disso, a UFS também desenvolve projetos de pesquisa e extensão que contribuem com a pesquisa científica e atividades que auxiliam no desenvolvimento da comunidade a que atende e que, segundo a Assessoria de Comunicação – UFS (2020), conta com um total de 1.029 projetos em atividade.

Entretanto, apesar da importância do objeto de estudo, a UFS, assim como outras instituições no país, sofreu com o corte do seu orçamento, o que resultou na limitação de diversos serviços ofertados para a comunidade acadêmica atendida e, conseqüentemente no aumento da necessidade e urgência de estudos com a

proposição de soluções para este problema. Soluções estas que podem ser obtidas por meio da análise de demonstrações contábeis da universidade, que possibilitam ao usuário mensurar a situação econômico-financeira da organização observada, como afirmado por Oliveira et al. (2010, p. 04), para em seguida propor soluções e adequar a gestão financeira da organização à esse novo contexto.

Em algumas pesquisas realizadas percebe-se que a gestão financeira, geralmente, recebe pouca atenção dos pequenos empresários como se pode constatar em Dantas, Santos e Lima (2018) e SEBRAE/MS (2016), o que, muitas vezes, pode levar ao erro de se pensar que a sustentabilidade financeira de uma organização depende exclusivamente de obter mais receitas, sem dar a devida atenção ao controle dos seus gastos.

Porém, o tema “gestão financeira” e suas problemáticas não se aplicam apenas ao setor privado, mas também no setor público, tal como abordado por Marques e Almeida (2004), em que reforçam a importância de uma boa gestão dos recursos públicos para a manutenção dos serviços oferecidos de forma eficaz e eficiente.

Além das afirmações anteriores e a sua relação direta com as universidades públicas, o fato de que os cortes orçamentários de 2019 são um acontecimento recente contribui para que haja certa escassez de estudos como este, o que torna este trabalho ainda mais relevante, não apenas para a universidade objeto de estudo, mas como referência para outras instituições do país que venham a se encontrar nesta situação.

1.4 Organização do projeto

Como estrutura deste trabalho, os capítulos seguem a seguinte ordem: este capítulo apresenta uma introdução ao trabalho de forma geral, além de justificar a realização da pesquisa; o segundo capítulo contém o referencial teórico necessário para embasar o presente trabalho; em seguida, há o terceiro capítulo que apresenta a metodologia a ser seguida para a realização do projeto; no quarto capítulo se encontram a análise e resultados da pesquisa, além das sugestões de melhorias com base na análise realizada; já no quinto capítulo se tem as conclusões do trabalho; e, por fim, se encontram as referências utilizadas durante este trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

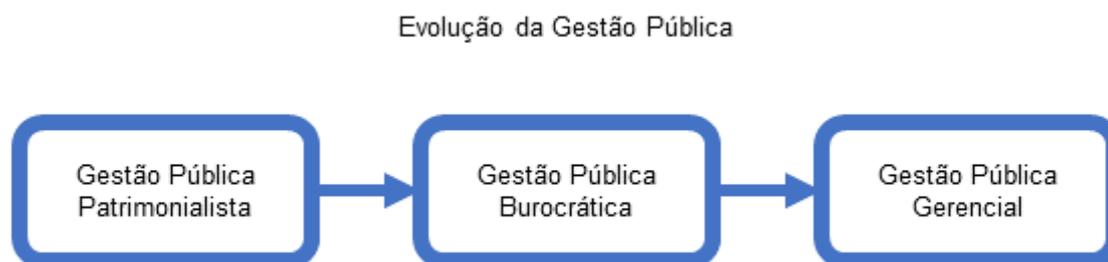
Neste capítulo, o objetivo é apresentar o referencial necessário para prosseguir com o trabalho, que abrange conceitos relacionados ao orçamento público e sua gestão, além de desempenho financeiro-orçamentário, sua importância e como mensurá-lo.

2.1 Gestão Pública e Desempenho Financeiro-Orçamentário

A gestão pública, citada geralmente como administração pública, pode ser compreendida como todo o conjunto que representa o Estado e que possui a função de prestar serviços com a finalidade de satisfazer as necessidades coletivas, tal como afirma Kohama (2016).

Já o seu início, segundo Klering et al (2010), (especialmente no Brasil) se deu a partir de uma mistura entre os recursos públicos e privados, a qual foi denominada como patrimonialista, mas que se mostrou ineficaz e logo foi substituída por um modelo burocrático de gerir os recursos públicos, que prezava por uma administração pública mais racional e baseada nas ideias de Taylor.

Porém, apesar das melhorias obtidas, como ainda apresenta Klering et al (2010) a evolução dos modelos de gestão e a rigidez da administração burocrática influenciaram diversas tentativas de reduzir a burocratização excessiva do setor público. Sendo a primeira grande tentativa o Decreto-Lei nº 200/67, que visava a descentralização das funções públicas, mas que não trouxe consistência para as mudanças pretendidas, o que só voltou a obter destaque na década de 90, em que passou-se a implementar uma administração pública gerencial, com foco em resultados e em metas para todas as instâncias do governo, e marcada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que visa ao equilíbrio das contas do Estado, evitando os gastos desenfreados que haviam no setor público.

Figura 01: Evolução dos Modelos de Gestão Pública no Brasil.

Fonte: Adaptado de Klering et al (2010).

Entretanto, é importante ressaltar que o Brasil não foi o pioneiro nessas mudanças, mas outros países, como a Nova Zelândia que, segundo Neto (1998), foi quem iniciou a implantação do modelo de gestão pública gerencial já durante as décadas de 1980 e 1990 e que é exemplo na condução do processo para outros países, visto o sucesso nos índices de geração de empregos e de prosperidade populacional. Além disso, neste país há uma gestão mais “compartilhada”, em que o povo é mais participativo e com senso de dono para com o que é público, o que contribui para que o Estado proporcione serviços de melhor qualidade e, conseqüentemente, tenha que melhorar suas práticas de gestão, o que inclui o aspecto financeiro, ainda como afirmado por Neto (1998).

Em complemento a isso, pode-se constatar a importância do equilíbrio fiscal das contas públicas por meio do surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no início dos anos 2000, e que tem como objetivo coibir práticas nocivas de gestão dos recursos públicos, de forma a evitar que as despesas sejam maiores que as receitas públicas, como mostra Zuccolotto (2008).

Porém, não apenas a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também a constituição de 1988, pode comprovar essa preocupação com o orçamento público. Visto que, segundo Kohama (2016), no país se tem o Processo de Planejamento e Orçamento, que é constituído pela integração entre o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Ainda de acordo com Kohama (2016), pode-se afirmar que o PPA possui grande importância para a sociedade, pois é ele que define quais as metas e objetivos dos governos federal, estadual e municipal, e que afetam a oferta de serviços públicos pelos próximos quatro anos de gestão pública, além de servir como base para a LDO e LOA.

Já a Câmara dos Deputados (2020), afirma que foi nessa constituição que se tornou obrigatória a elaboração da LDO, que anualmente define quais as metas financeiras do exercício seguinte e serve de base para a LOA. Que por sua vez, e como afirmado pelo Ministério do Planejamento (2020), descreve de forma detalhada todas as receitas e despesas governamentais com seus ministérios, órgãos e demais instituições.

A partir disso, pode-se dizer que um bom desempenho financeiro não é necessário apenas para empresas privadas, mas também para as instituições públicas, que também possuem recursos financeiros limitados. O que ganhou maior destaque nos últimos anos, devido ao risco que muitos serviços públicos têm de serem interrompidos. Como exemplo se tem o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que, segundo UFRJ (2019), precisou cortar gastos com a manutenção da instituição para se adequar a sua nova realidade orçamentária de cerca de 114 milhões de reais a menos que o orçado.

Além disso, o trabalho de Curi et al (2012) corrobora com o apresentado ao afirmar que os benefícios do serviço público para a sociedade são gerados por meio de uma gestão eficiente e eficaz de cada um dos recursos que possui, sejam financeiros ou não. Ou seja, pode-se dizer que, caso os recursos financeiros de uma instituição pública não sejam administrados de forma eficiente e eficaz, a própria prestação dos serviços não seria realizada de forma adequada ao seu público.

Porém, não apenas o Estado em si deve se atentar ao seu desempenho financeiro, como também outras instituições que fazem parte da extensa estrutura do Estado. Segundo Brasil (1967), a Administração Federal é dividida em Administração Direta (responsável pelas atividades ligadas à Presidência e seus Ministérios) e Administração Indireta (que possui entidades com finalidades específicas e delegadas pelo Estado).

Dentro da Administração Indireta é que são classificadas as instituições com objetivos de cunho social, sejam elas voltadas para a área da saúde, assistência ou educação. Porém, ainda segundo Brasil (1967), por mais que essas instituições, como por exemplo as universidades, não tenham fins lucrativos, todas devem ter uma adequada gestão financeira e, portanto, adequado desempenho financeiro, visto que seus recursos são provenientes do Estado.

Dessa forma, percebe-se que ao longo do tempo a gestão pública brasileira como um todo vem se atentando às suas finanças e, como dito anteriormente, há

alguns anos o país vem caminhando rumo a uma administração pública gerencial, com maior participação da população e transparência da contas do Estado e, para isso, se faz necessária a divulgação de demonstrativos financeiros padronizados para a sociedade, como exposto no art. 70 da Constituição Federal.

Entretanto, como apresenta a Lei Complementar nº 101/2000, não apenas a União e seus ministérios devem prestar contas a respeito da execução orçamentária, mas também suas empresas estatais, autarquias e fundações, que devem apresentar, anualmente, seus demonstrativos de forma padronizada, explicitando a execução do seu orçamento.

Assim, pode-se concluir que tanto a transparência das contas públicas, como o desempenho econômico-financeiro dessas instituições é tão importante quanto em empresas privadas, visto a responsabilidade que os gestores devem ter com os recursos arrecadados da população, além de proporcionar uma adequada prestação de serviços à sociedade.

2.2 Contabilidade Pública e Gestão Financeira

De acordo com Dicio (2020), o conceito de desempenho, de forma mais ampla, está diretamente relacionado à execução. Porém, o termo é utilizado largamente na utilização de comparações entre os resultados obtidos com os esperados e, isso é evidenciado em diversos contextos, sejam esportivos, acadêmicos ou mesmo organizacionais, como afirmado por (KISS et al., 2004; RODRIGUES; BARRERA, 2007; DANTAS; SANTOS; LIMA, 2018).

Nas organizações o termo não está apenas relacionado à produtividade, mas também ao desempenho das suas finanças, que compreende dois aspectos, são eles: financeiros e econômicos. Sendo que, de acordo com Silva et al (2016), os aspectos financeiros estão relacionados à estrutura do balanço em si, o que, conseqüentemente leva em consideração a estrutura de capital, ou seja, a relação entre o capital próprio e de terceiros na empresa, o que é de grande utilidade para as análises a serem realizadas neste trabalho.

Ainda como afirmado por Silva et al (2016), pode-se dizer que os aspectos econômicos estão diretamente ligados aos resultados obtidos pela empresa, que podem ser de lucro ou prejuízo. Assim, ao se considerar a análise dos resultados econômicos de uma organização, não se pode ignorar a importância das demonstrações de resultado do exercício, que serão apresentadas mais à frente.

Assim, pode-se pensar na análise do desempenho econômico-financeiro como uma análise das variações das demonstrações contábeis de uma organização, ou seja, das suas evoluções ou involuções ao longo do tempo. E este conceito pode ser corroborado por alguns autores da área, como Silveira et al (2003), que define o desempenho financeiro como o resultado financeiro de uma organização com base nas suas informações contábeis. Já o conceito apresentado por Assaf Neto (2014), sugere que o desempenho financeiro é o resultado das decisões financeiras tomadas pelos gestores e que, além disso, pode ser obtido pelas informações contábeis de uma empresa.

Porém, a melhora do desempenho financeiro é um processo constante que é produto de decisões gerenciais, o que converge com o apresentado por Assaf Neto (2014). Entretanto, ao se atingir novos resultados financeiros, também são necessárias estratégias gerenciais para esse novo contexto e que necessitam de uma adequada coleta e análise do desempenho financeiro.

Dito isso, surge o questionamento sobre como saber qual o desempenho financeiro de uma empresa, o que pode ser resolvido com uma análise mais aprofundada dessas entidades, apoiada na análise das suas demonstrações contábeis, como afirmado anteriormente e que, segundo Ludícibus (2010), é capaz de proporcionar boas noções sobre as finanças de uma organização.

Já Gitman (2004) corrobora com a afirmação anterior, visto que define a análise de índices financeiros e, portanto, a análise das demonstrações contábeis como um meio de acompanhar o desempenho de uma empresa através de cálculos, que se baseiam nas principais demonstrações contábeis de uma organização.

Dessa forma, pode-se dizer que a análise desses índices pode fornecer relatórios do desempenho de uma organização e, portanto, está muito mais próximo da contabilidade gerencial, tal como apresentado por Padoveze (2010), que afirma a importância deste conceito para uso dos gestores das organizações nas suas tomadas de decisão. Assim, compreende-se a importância da análise dos índices para auxiliar na tomada de decisão dos gestores e, conseqüentemente, melhorar o desempenho financeiro das organizações.

2.2.1 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

Apesar de a gestão dos recursos de uma organização serem importantes tanto no setor privado, como no público, além de ambos possuírem demonstrações contábeis que permitem maior transparência, ainda assim a análise de ambos é feita de forma diferente, visto que o setor público possui um padrão próprio para elaborar seus demonstrativos, como sugerido pela Lei nº 4.320/64.

Segundo BRASIL (2018), há seis demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, são elas: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração das mutações do patrimônio líquido. Entretanto, para a análise por meio de índices apenas as quatro primeiras demonstrações são utilizadas e, para a realização deste trabalho, faz-se necessária a compreensão de cada uma delas.

A primeira demonstração é o **Balanço Orçamentário**, que é inerente ao setor público, visto que a maior parte dos seus recursos são provenientes da União, ao contrário de empresas privadas, que possuem receitas de vendas. Além disso, o Balanço Orçamentário tem como principal objetivo a confrontação entre receitas e despesas previstas com as receitas e despesas realizadas, de forma a explicitar a eficiência da entidade na elaboração do orçamento e no controle dos gastos.

De acordo com BRASIL (2018), o Balanço Orçamentário, em sua atual estrutura, é dividido em alguns quadros, em que cada um pode representar suas receitas ou despesas. Assim, no quadro das receitas, há algumas colunas que são: previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas (arrecadações) e saldo (diferença entre o previsto e o executado).

Ainda de acordo com BRASIL (2018), o quadro das despesas, por sua vez, é dividido em: dotação inicial, que é a previsão inicial das despesas; dotação atualizada, que equivale à dotação inicial com certas correções, caso necessárias; despesas empenhadas, que são as despesas adquiridas no período independente de terem sido pagas; despesas liquidadas; despesas pagas; além do saldo, que é a diferença entre as despesas previstas e as empenhadas. Além disso, para analisar corretamente este demonstrativo é importante conhecer algumas contas presentes na sua estrutura.

Kohama (2016) informa que as receitas podem ser correntes ou de capital, sendo as **receitas correntes** as destinadas a pagar **despesas correntes**,

necessárias para a manutenção dos serviços do estado, como exemplo temos os salários dos servidores. Já as **receitas de capital** são as receitas destinadas a custear **despesas de capital**, ou seja, despesas de prazo maior e que provocam alterações no patrimônio do estado, sendo um exemplo disso a construção de uma escola.

O Anexo A apresenta o quadro principal e os quadros auxiliares do Balanço Orçamentário de acordo com BRASIL (2018).

Além do Balanço Orçamentário, outro demonstrativo que também é utilizado exclusivamente no setor público é o Balanço Financeiro. Segundo BRASIL (2018), o **Balanço Financeiro** é um demonstrativo que possui não apenas as receitas e despesas orçamentárias (também presentes no Balanço Orçamentário), mas também as receitas e despesas extraorçamentárias (movimentações não previstas na LOA), além do saldo do exercício anterior (saldo inicial do período formado por recursos não utilizados no último ano contábil) e do saldo para o exercício seguinte (saldo final do ano).

Importante ressaltar que o saldo para o exercício seguinte é obtido pela diferença entre os ingressos e dispêndios do período, somada ao saldo do exercício anterior. Além disso, como o saldo para o exercício seguinte representa o saldo inicial do próximo período, ambos os saldos devem coincidir.

BRASIL (2018) também apresenta sua estrutura, que consiste em duas partes, sendo uma delas referente aos **ingressos** de recursos e, a outra, aos **dispêndios**. O Anexo B deste trabalho exemplifica a estrutura de um Balanço Financeiro, segundo BRASIL (2018), sendo o primeiro quadro referente aos ingressos e que apresenta o total das entradas ocorridas no período em cada uma das contas. Já o segundo quadro apresenta as saídas de cada conta no mesmo período.

Como o Balanço Financeiro representa os ingressos e dispêndios ocorridos no período, pode-se deduzir que se houver mais ingressos, a situação é favorável, porém, segundo BRASIL (2018), chegar à essa conclusão sem analisar o endividamento da entidade e, portanto, o Balanço Patrimonial, pode levar à equívocos. O que reforça a importância de se analisar mais de uma demonstração para conhecer a real situação financeira da organização.

Com isso, se faz necessário conhecer o **Balanço Patrimonial** que, segundo Kohama (2016), demonstra contas que representam o patrimônio público o que,

consequentemente, evidencia a sua situação patrimonial no momento em que é elaborado.

Como se pode perceber de BRASIL (2018) e Assaf Neto (2014), o Balanço Patrimonial é uma demonstração que se faz presente não apenas no setor público, mas também no privado, compartilhando até mesmo algumas coisas em comum como, por exemplo, sua divisão entre o **ativo** e o **passivo** e patrimônio líquido, além de contas classificadas como **circulantes** e **não circulantes**, realizáveis dentro do ciclo operacional e fora dele, respectivamente. Além disso, em ambos os casos o balanço é considerado uma demonstração “estática”, visto que representa o patrimônio do ente apenas em um momento do passado.

Entretanto, como apresenta BRASIL (2018), o Balanço Patrimonial aplicado ao setor público traz consigo algumas especificidades, como a divisão em alguns quadros, sendo: **Quadro Principal** (com as contas do ativo e passivo), **Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes** (que independem e dependem de liberação legislativa, respectivamente), **Quadro das Contas de Compensação** (contas que podem afetar o patrimônio da entidade futuramente) e **Quadro do Superávit/Déficit Financeiro**.

No Anexo C, ao final do trabalho, encontra-se um exemplo da estrutura atual do Balanço Patrimonial aplicado ao setor público de acordo com BRASIL (2018).

Contudo, assim como no setor privado o Balanço Patrimonial é complementado pela Demonstração do Resultado do Exercício, no setor público este balanço é complementado pela Demonstração das Variações Patrimoniais. Sendo que, segundo Kohama (2016), a **Demonstração das Variações Patrimoniais** (DVP) é um demonstrativo que evidencia as variações que incidem sobre o patrimônio da entidade pública, ou seja, cada uma das transações que aumentam ou diminuem o patrimônio do ente, terão suas variações expostas nessa demonstração.

Ainda segundo Kohama (2016), a DVP é dividida em duas partes principais, que são as **variações patrimoniais aumentativas** e as **variações patrimoniais diminutivas**, em que cada uma delas reúne contas que aumentaram ou diminuíram o patrimônio da entidade ao longo do ano, respectivamente.

Além de acompanhar o Balanço Patrimonial, outra semelhança entre a DVP e a DRE é a de que, de acordo com BRASIL (2018), ao confrontar as contas das variações aumentativas com as diminutivas, se obtém o **saldo patrimonial**, que no setor privado seria correspondente ao lucro do exercício. Sendo que ambos os

resultados farão parte do Balanço Patrimonial, com a única diferença de que, no caso da DVP, isso não representa o lucro do exercício, visto que não há o conceito de lucro nas demonstrações públicas.

Ainda na estrutura atual da DVP, percebe-se que há uma parte que evidencia um comparativo entre o exercício corrente e o anterior, o que se pode constatar no quadro que consta no Anexo D e que exemplifica uma DVP de acordo com BRASIL (2018).

2.2.2 Índices Aplicados ao Setor Público

Além desses conceitos, é importante conhecer alguns quocientes ou índices financeiros aplicados às demonstrações públicas, pois assim pode-se definir o desempenho financeiro do ente. Entretanto, como as demonstrações contábeis do setor público passaram por algumas mudanças na sua estrutura desde a Lei nº 4320/64, além de a análise dessas demonstrações carecer de maior exploração, ainda não há um consenso sobre os índices a serem utilizados, o que pode ser conferido com os trabalhos de (Araujo, 2019; BRASIL, 2012; Costa e De Araujo, 2017; Quintana et al, 2011; Martinez et al, 2019; Costa, 2014), que fazem uso de quocientes de diversos tipos e em diferentes quantidades, além do trabalho de Queiroz (2013) que analisa e discorda da aplicação de certos índices.

Assim, para utilizar índices que se aproximem de um possível padrão, foram selecionados índices propostos por Kohama (2015) e BRASIL (2012). Porém, para utilizar apenas índices que tenham aplicação prática comprovada, foram escolhidos os índices que estejam presentes, ao menos, em três dos trabalhos de Alaniz (2017), Araújo (2019), Santos (2009) e Nascimento (2017), por apresentarem propostas que se aproximam desta pesquisa, além de excluir índices que não atendam à estrutura atual das demonstrações.

Após essa observação, pode-se seguir com a apresentação dos índices selecionados, sendo que para cada demonstração apresentada anteriormente se tem um conjunto de quocientes e, para o Balanço Orçamentário, Alaniz (2017) apresenta:

Quociente de Equilíbrio Orçamentário:

$$\frac{\text{Dotação Inicial}}{\text{Receita Prevista}}$$

Fonte: Alaniz (2017).

Este quociente indica se há equilíbrio entre as receitas e despesas orçadas e previstas na LOA, ou seja, ele pode ser utilizado como forma de evidenciar o nível de conformidade entre o órgão e a lei, visto que o ideal é que as receitas e despesas previstas se igualem, como previsto pela Lei Complementar nº 101/2000.

Tanto para este como para os outros índices utilizados se têm como resultado ideal “1” uma vez que, por se tratar de demonstrações públicas, procura-se evitar tanto o déficit como um superávit muito acima do resultado ideal.

Quociente de Execução da Receita:

$$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Receita Prevista}}$$

Fonte: Alaniz (2017).

Este quociente é importante, pois pode indicar se houve excesso ou falta de arrecadação em relação à Lei Orçamentária Anual. Sendo que a queda da arrecadação pode ser indício de que tenha havido um aumento na inadimplência dos devedores do órgão em análise, já o excesso de arrecadação pode ser considerado incoerente, visto que pode significar um aumento desnecessário nas contribuições.

Para o cálculo deste índice é importante ressaltar que, ao buscar o valor da Receita Realizada no balanço, deve-se utilizar o valor anterior ao déficit, pois este é utilizado apenas para equilibrar as receitas com as despesas. Além disso, não é recomendada a análise desse índice de forma isolada, pois um déficit nesse quociente não significa necessariamente que o ente está em déficit orçamentário, uma vez que as despesas não são consideradas nesse cálculo.

Quociente de Execução da Despesa:

$$\frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Despesa Atualizada}}$$

Fonte: Alaniz (2017).

A interpretação deste quociente é semelhante à do anterior, porém se aplica às despesas do ente e, caso seu resultado seja diferente de “1”, pode indicar algum problema seja no planejamento das despesas ou na sua gestão ao longo do exercício.

É importante lembrar que, aqui, os valores envolvidos podem ser superiores aos utilizados no cálculo anterior, uma vez que, as despesas presentes no Balanço Orçamentário englobam todas as despesas do ente, ao contrário das receitas, que são apenas as arrecadadas diretamente pelo órgão. Além disso, tal como no índice anterior, não é recomendada a análise isolada desse quociente, visto que neste caso não se considera as receitas arrecadadas.

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária:

$$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}$$

Fonte: Alaniz (2017).

Já este quociente indica o quanto representa a receita realizada em relação às despesas pagas, ou seja, indica a contribuição das receitas arrecadadas no pagamento das despesas do período.

Além disso, este quociente apresenta um cenário mais realista sobre a situação do ente, pois leva em consideração as despesas que foram pagas, visto que as despesas empenhadas podem não ser pagas no ano de referência, o que pode causar distorções nos resultados, caso não seja analisado com certo cuidado.

Outro ponto que deve ser levado em consideração na análise desse índice é que não há problema em se obter um resultado menor que “1”, uma vez que as despesas pagas podem ser cobertas com outros tipos de receitas além das orçamentárias. Entretanto, deve-se observar se, para arcar com essas despesas, não houve um aumento no endividamento do ente, o que não seria favorável e pode ser conferido no Balanço Patrimonial.

Quociente do Resultado Orçamentário:

$$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Empenhada}}$$

Fonte: Alaniz (2017).

Este último quociente do Balanço Orçamentário apresenta a relação entre as receitas arrecadadas e as obrigações adquiridas pelo ente durante o exercício, de forma a indicar se houve superávit ou déficit orçamentário o que, para essa definição, deve-se analisar outros quocientes em conjunto para se definir a situação do ente da forma mais exata possível. Sendo que, para este caso, um índice ainda

mais recomendado para a definir o resultado da instituição é o “financeiro real da execução orçamentária”.

Com isso, pode-se prosseguir com a apresentação dos quocientes, porém, para complementar a interpretação do Balanço Orçamentário, será feito um aprofundamento nos índices do Balanço Financeiro, em que Santos (2009) nos apresenta os seguintes:

Quociente da Execução Orçamentária:

$$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$$

Fonte: Santos (2009).

Este índice apresenta a relação entre a Receita Orçamentária, representada pela receita arrecadada no período, e a Despesa Orçamentária, representada pela Despesa Empenhada somada às Despesas dos quadros auxiliares da demonstração anterior, o que garante maior confiabilidade aos resultados.

Geralmente a sua interpretação é feita em conjunto à do quociente do resultado orçamentário, para se obter uma análise mais completa.

Quociente da Execução Orçamentária Corrente:

$$\frac{\text{Receitas Correntes}}{\text{Despesas Correntes Pagas}}$$

Fonte: Santos (2009).

Este segundo quociente do Balanço Financeiro indica se as receitas correntes arrecadadas conseguiram suportar as despesas correntes ou, se o resultado for inferior a “1”, se houve necessidade de utilizar outras receitas. Além disso, a aplicação deste índice se faz importante, pois se o resultado for inferior a “1”, pode significar que o ente não conseguiria dar continuidade às suas atividades essenciais sem recursos de outros órgãos ou até mesmo de endividamento, o que seria um cenário ainda menos favorável. Porém, se o resultado for superior a “1”, significa que, além de conseguir arcar com as despesas correntes, a entidade ainda conseguiria arcar com parte das despesas de capital, o que possibilita a realização de investimentos como por exemplo, a reforma e/ou a ampliação de instalações.

Quociente da Execução Orçamentária de Capital:

$$\frac{\text{Receitas de Capital}}{\text{Despesas de Capital Pagas}}$$

Fonte: Santos (2009).

Já em relação a este índice, pode-se dizer que é semelhante ao anterior, porém, ao invés de considerar as contas correntes, considera as contas de Capital, indicando o quanto as Receitas de Capital representam das Despesas de Capital. Contudo, neste caso, as receitas arrecadadas geralmente são direcionadas para a realização de investimentos que integrarão o ativo permanente da instituição e que, em muitos casos, podem não ter sido empenhadas no ano em análise, ou seja, as contas de capital possuem variações mais pontuais que as contas correntes.

Quociente da Execução Extraorçamentária:

$$\frac{\text{Receita Extraorçamentária}}{\text{Despesa Extraorçamentária}}$$

Fonte: Santos (2009).

Este quociente se assemelha ao da Execução Orçamentária, porém requer certo cuidado ao ser analisado, pois como lida com valores não previstos em orçamento e que deverão retornar à sua origem posteriormente, deve-se verificar se as disponibilidades acompanham essas contas adequadamente. Além disso, outro cuidado que se deve ter com este índice é que, ao se obter uma receita extraorçamentária, nem sempre ela terá a sua devolução, ou seja, sua contraparte na despesa no mesmo ano, o que pode gerar déficit e, portanto, reforça a importância de aplicar esse quociente a mais de um período contábil.

Quociente do Resultado da Execução Financeira:

$$\frac{(\text{Receita Orçamentária} + \text{Receita Extraorçamentária})}{(\text{Despesa Orçamentária} + \text{Despesa Extraorçamentária})}$$

Fonte: Santos (2009).

A interpretação deste quociente é próxima à do anterior, porém com a diferença de que as contas orçamentárias serão somadas às extra orçamentárias. A análise de mais de um período contábil e o acompanhamento das disponibilidades devem ser mantidos aqui, visto que inclui as contas extraorçamentárias.

Outro ponto a se considerar é que este índice, por agregar as entradas e saídas orçamentárias e extraorçamentárias, pode disfarçar os resultados individuais de cada tipo de conta, por isso, é interessante realizar a aplicação deste quociente junto aos da “execução orçamentária corrente”, “execução orçamentária de capital” e “execução extraorçamentária”. Além disso, é importante lembrar que este índice não considera as contas de Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, o que pode impactar significativamente nos resultados do ente.

Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

$$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$$

Fonte: Santos (2009).

Este último quociente do Balanço Financeiro pode indicar economia de despesas ou excesso de arrecadação no período, caso o seu resultado seja diferente de “1”, pois evidencia se houve aumento do saldo restante ou se parte do saldo anterior precisou ser consumido. Com isso, pode-se perceber que, caso o saldo anterior seja igual a zero (como na inauguração de uma instituição), este índice se torna pouco útil, o que é facilmente contornado com a sua aplicação em mais de um período, de forma a dar uma visão mais ampla da situação ao longo dos anos analisados.

Entretanto, como já dito anteriormente, a análise do Balanço Financeiro sem o apoio de outras demonstrações ficaria incompleta. Assim, Nascimento (2017) utiliza os seguintes índices para analisar o Balanço Patrimonial:

Quociente da Situação Financeira:

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$$

Fonte: Nascimento (2017).

Este primeiro quociente do Balanço Patrimonial visa a uma comparação entre os ativos e passivos que não necessitam de liberação orçamentária. Além disso, se tem como ideal que o seu resultado seja maior ou igual a “1”, porém como em todos os outros casos, aqui deve-se ter cuidado com resultados muito altos, pois neste caso esta alta pode vir de endividamentos de longo prazo.

Outro ponto que deve ser lembrado é que, por vezes, pode-se confundir os ativo e passivo financeiros com os ativo e passivo circulantes, respectivamente, o que tornaria este índice igual ao de “liquidez corrente”, aplicado às demonstrações de empresas privadas. Porém, deve-se sempre ter em vista que, por mais que em alguns casos os resultados de ambos os quocientes coincidam, as contas do ativo e passivo financeiros são definidas como ativos e passivos que não precisam de liberação orçamentária para serem incorporados ao patrimônio e não apenas com base no prazo de realização, o que faz do “quociente da situação financeira” um índice único.

Quociente da Situação Permanente:

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}}$$

Fonte: Nascimento (2017).

Já este índice é semelhante ao anterior, com a diferença de que considera os Ativos e Passivos Permanentes, ou seja, que necessitam de liberação orçamentária, além de que aqui é evidenciado o nível de endividamento de longo prazo da entidade, pois se relaciona a bens e obrigações com esta característica. Porém, mesmo que os ativo e passivo permanentes envolvam as contas do ativo e passivo não circulantes, respectivamente, ainda assim não se pode generalizar e classifica-los como sendo a mesma coisa, pois nem sempre um ativo permanente será igual a um ativo não circulante, por exemplo.

Tal como o índice anterior, deve-se atentar à natureza da conta, ou seja, lembrar que uma conta permanente é definida apenas como aquela que necessita de liberação orçamentária.

Quociente do Resultado Patrimonial:

$$\frac{\text{Soma do Ativo Real}}{\text{Soma do Passivo Real}}$$

Fonte: Nascimento (2017).

Este último quociente do Balanço Patrimonial funciona de forma semelhante a outros relacionados às demonstrações anteriores, de forma que este apresenta um resultado geral a respeito do balanço em análise. Porém, neste caso o quociente estabelece uma relação entre a soma dos ativos financeiro e permanente e os

passivos financeiro e permanente, em que, caso o resultado seja inferior a “1” seria desfavorável, visto que indicaria um nível de endividamento superior a todos os bens e direitos do ente.

Por fim, para complementar a análise do Resultado Patrimonial se tem um quociente relacionado à Demonstração das Variações Patrimoniais, que Araújo (2019) apresenta da seguinte forma:

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais:

$$\frac{\text{Total das Variações Ativas}}{\text{Total das Variações Passivas}}$$

Fonte: Araújo (2019).

Este quociente apresenta de forma geral a situação da entidade em análise sob o ponto de vista das variações patrimoniais e, ainda, tem o objetivo de indicar o quanto as Variações Ativas representam em relação às Variações Passivas, o que consequentemente evidencia o déficit ou superávit patrimonial.

Para a análise é importante lembrar que mesmo que este quociente apresente um déficit, não significa necessariamente que a entidade esteja em uma situação ruim, pois apenas indica se houve aumento ou redução do patrimônio e, por isso, deve-se aplicar este índice em conjunto com outros já apresentados anteriormente, além de se considerar suas variações não apenas no curto, mas também no longo prazo.

Contudo, analisar o desempenho de uma organização com base apenas em índices é insuficiente para produzir informações sobre sua evolução ao longo do tempo. E, para suprir essa necessidade, o gestor pode utilizar mais algumas técnicas, como as análises horizontal e vertical.

Em relação à análise vertical, Camargo (2007), mostra que sua principal função é facilitar a interpretação dos demonstrativos, visto que apresenta cada conta em valores relativos, ou seja, percentuais, tendo por base (100%) o total do conjunto de contas analisado, como exemplificado abaixo:

$$\frac{\text{Estoques}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

Fonte: Camargo (2007).

Acima se tem um exemplo de cálculo que pode ser feito para saber quanto do Ativo Total o Estoque representa, o que pode ser feito com as outras contas e se ter uma análise vertical completa.

Por último, Camargo (2007), apresenta a análise horizontal, cuja principal função é de facilitar a interpretação das contas ao longo do tempo, tomando como base o primeiro ano em análise. Abaixo encontra-se um exemplo de como efetuar o cálculo para esta análise:

$$\frac{\text{Estoques Ano 2}}{\text{Estoques Ano 1}} \times 100$$

Fonte: Camargo (2007).

Acima se encontra um exemplo de cálculo que resultará no percentual que os Estoques do segundo ano de um ente representam em relação ao primeiro ano, o que pode explicitar a ocorrência, ou não, de valores nessa conta. Porém, assim como na análise vertical, para a análise horizontal ficar completa é importante aplicar este cálculo a todas as contas do demonstrativo.

Com a análise dos demonstrativos é possível saber qual o desempenho financeiro anterior, mas para se alcançar o desempenho esperado é necessário utilizar as informações obtidas, definir certas estratégias e operacionaliza-las com o uso de uma adequada gestão financeira.

E segundo Cheng e Mendes (1989), a gestão financeira pode ser definida como a gestão dos recursos arrecadados por uma organização, originadas das suas atividades operacionais. Já Assaf Neto (2014) apresenta uma abordagem mais ampla sobre o conceito, visto que, além da captação e alocação dos recursos financeiros de uma organização, a administração financeira (que pode ser interpretada como gestão financeira) também se preocupa com o problema da escassez de recursos de uma empresa.

A partir disso, pode-se entender que a gestão financeira de qualquer organização é de suma importância para o seu bom desempenho, além de que a relevância desta área é crescente, como afirmado por Gitman (2004), que fala sobre a amplitude da atuação de um administrador financeiro em uma empresa, que vai desde o planejamento financeiro até o contato direto com o cliente para uma concessão de crédito. Dito isso, pode-se inferir que a gestão das finanças das

organizações vem adquirindo cada vez mais relevância, à medida que novas práticas e processos gerenciais se desenvolvem.

Já Assaf Neto (2014), afirma que uma boa gestão financeira é capaz de garantir uma maior eficiência no uso dos recursos financeiros da empresa e, portanto, pode proporcionar maior sustentabilidade e auxiliar no alcance das metas estabelecidas. Assim sendo, é importante ressaltar que para realizar uma boa gestão financeira deve-se fazer uso de algumas práticas, como por exemplo a gestão do fluxo de caixa, em que são controladas todas as entradas e saídas monetárias da organização no momento em que elas ocorrem (regime de caixa) o que, conseqüentemente, pode proporcionar melhoras no desempenho financeiro de qualquer organização.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, foi utilizado o caso da Universidade Federal de Sergipe ancorado na metodologia *design research*, com o intuito de analisar as suas demonstrações financeiras, e obter análises que resultaram em soluções para a questão financeira, que adquiriu certo destaque no ano anterior.

3.1 QUESTÕES DE PESQUISA

- Quais as informações contábeis da instituição pública?
- Qual a situação econômico-financeira da universidade pública?
- Quais as soluções para os problemas identificados?

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Por conta do seu caráter objetivo e estritamente numérico, além de ter como objetivo a análise e interpretação da situação financeira da instituição, a pesquisa aqui realizada foi caracterizada como quantitativa e descritiva, visto que, como afirmado por Vergara (2016), a pesquisa quantitativa visa apenas a exposição das características do objeto de estudo ou o estabelecimento de uma correlação entre duas variáveis, o que se adequa ao presente trabalho.

Com isso, pode-se perceber que para este trabalho concluir seus objetivos foi necessário ir além da pura interpretação de índices financeiros, de forma que, por meio das demonstrações estudadas, fosse feito um diagnóstico completo da situação financeira atual da entidade, tal como pode ser constatado nas obras de Ludícibus (2010) e Gitman (2004), e propor meios de se atingir o desempenho ideal.

3.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

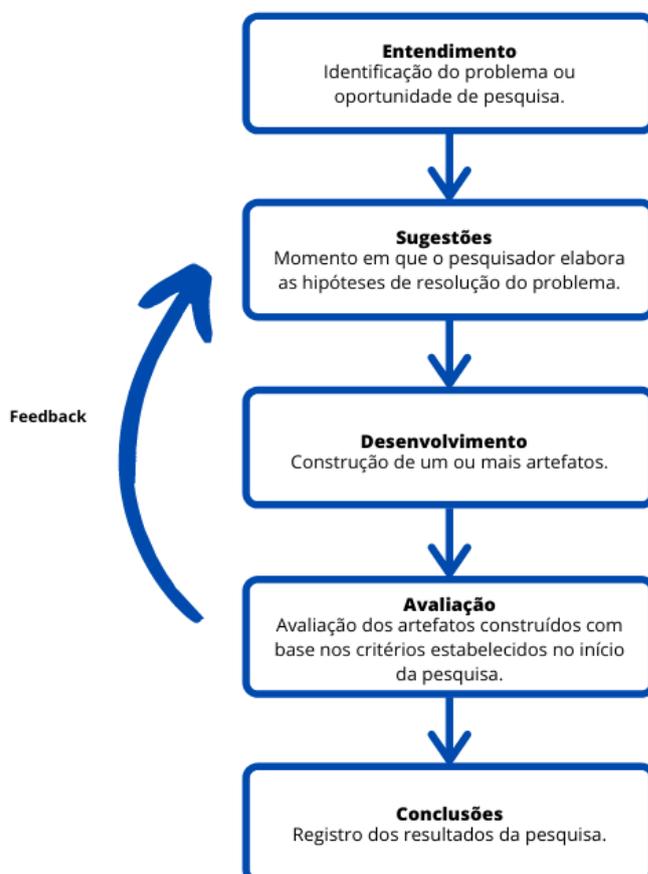
Para se obter os resultados esperados por essa pesquisa, se fez necessária a utilização de um método estruturado que possibilite propor melhorias ao problema proposto. Em meio a isso surge a *design research*, que, segundo Costa e Silva (2014), consiste em uma metodologia de aplicação prática, que pode conceber processos padronizados (chamados artefatos) para a resolução de um problema específico.

Silva (2015), apresenta o conceito de *design research* também como o uso e análise do desempenho do artefato criado para solucionar um problema, o que reforça um dos principais objetivos desta metodologia que é a criação e uso do artefato.

Já Matta et al (2014) apresenta o conceito desta metodologia de uma forma mais aprofundada, não apenas apoiada na criação de um artefato, mas sim, como uma metodologia baseada na teoria para gerar a resolução de um problema real, ou seja, um método de pesquisa que alia teoria e prática. Além disso, compara a *design research* ao trabalho de um engenheiro, em que aplica seus conhecimentos teóricos generalistas a cada contexto, de forma a também definir a *design research* como uma metodologia que visa a criação de um artefato que pode ser usado em diversos contextos, mas sempre se atentando às especificidades de cada problema.

Assim como toda metodologia a *design research* possui suas etapas, em que Silva (2015) e Dresch, Lacerda e Miguel (2015) se encarregam de apresentá-las, tal como na Figura 02.

Figura 02: Etapas da *Design Research*.



Fonte: Adaptado de Silva (2015), Dresch, Lacerda e Miguel (2015).

É importante ressaltar que cada um dos autores apresenta uma nomenclatura diferente para as etapas, porém seu sentido é o mesmo, o que não afeta os resultados da sua aplicação independente da nomenclatura utilizada.

No Quadro 01 são apresentadas as etapas da *design research* e como elas se inserem no contexto deste trabalho.

Quadro 01: Etapas da *Design Research* e Atividades da Pesquisa

Etapas da <i>Design Research</i>	Atividades na pesquisa
1. Entendimento do Problema	<ul style="list-style-type: none"> • Escolha das ferramentas e índices a serem utilizados na análise da situação atual; • Análise do atual desempenho; • Definição de metas de desempenho dos índices para a universidade; • E identificação dos pontos de melhoria no desempenho financeiro da instituição.
2. Sugestões	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de soluções que possam suprir as necessidades da Universidade para a melhoria do seu desempenho financeiro, sempre com o cuidado de verificar a aplicabilidade e utilidade da sugestão selecionada.
3. Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de um modelo (artefato), que pode ser um conjunto de práticas que visam a melhoria da gestão financeira da instituição.
4. Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Momento de validação do artefato, em que serão feitas simulações e demais testes necessários para verificar se o artefato atende aos objetivos propostos e se há aplicabilidade ao objeto de estudo.
5. Conclusões	<ul style="list-style-type: none"> • Registro dos resultados do artefato construído e, portanto, da pesquisa realizada, além da adequada divulgação dos resultados para possíveis replicações futuras.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Contudo, a fim de evitar confusões é importante ressaltar que a *design research*, segundo Dresch, Lacerda e Miguel (2015), se difere de outras metodologias como estudo de caso e pesquisa-ação no sentido de que a metodologia aqui utilizada não tem a obrigação de explorar e explicar um fenômeno social, mas sim de projetar uma solução para problemas práticos, ou seja, é prescritiva.

Além disso, a *design research* preza que essa solução deva ser passível de ser replicada em contextos similares, ou seja, que deva ser generalizada o que, segundo Dresch, Lacerda e Junior (2015) a difere de uma consultoria, visto que esta visa a resolução de um problema único.

3.4 COLETA DOS DADOS

Para obter as informações necessárias para a realização do trabalho, realizou-se uma pesquisa documental que, segundo Gil (2008), se baseia na coleta de dados de forma indireta, ou seja, na coleta de dados secundários e que, a depender o tipo de pesquisa que se faça, pode ser mais interessante ao pesquisador do que a coleta de dados primários, de forma que é capaz de fornecer informações em quantidade e qualidade suficientes para o andamento de determinado trabalho.

No caso deste projeto, as informações coletadas foram todas relacionadas às demonstrações financeiras da instituição, como: balanços patrimoniais, demonstrações das variações patrimoniais, balanços orçamentários, balanços financeiros e demonstrações de fluxo de caixa.

Assim, as informações obtidas foram coletadas em portais oficiais da própria Universidade e/ou governamentais dos exercícios de 2015 a 2018, visto que até o ano de 2014 a transparência das contas era feita sob outro padrão e os demonstrativos da gestão 2019 ainda não haviam sido publicados até a elaboração deste trabalho. Além disso, as fontes de coleta foram escolhidas por se tratarem de meios oficiais e que evitem o uso de informações incorretas.

No Quadro 02 encontra-se a relação entre as etapas da *design research*, os aspectos em análise e os objetivos específicos desta pesquisa:

Quadro 02: Relação entre as Etapas da *Design Research*, Dimensões e Aspectos em Análise

Etapas da <i>Design Research</i>	Dimensões	Aspectos em análise
Entendimento do Problema	Levantar as informações contábeis da instituição pública	Critérios de escolha das informações
	Analisar a situação econômico-financeira da universidade pública com o uso dos demonstrativos financeiros definidos anteriormente	Indicadores a serem utilizados
		Resultados da análise
Sugestões	Apresentar soluções para os problemas identificados	Aplicabilidade da solução
Desenvolvimento		Possibilidade de replicar para outros estudos de caso
Avaliação		
Conclusão		

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.5 ANÁLISE

Nesta etapa, que teve como base metodológica a *design research*, foram utilizados os índices apresentados na fundamentação teórica para fazer uma análise do desempenho econômico-financeiro atual da instituição, de forma que os resultados de cada índice fossem interpretados como exposto no referencial e, permitissem uma correta mensuração do desempenho financeiro da universidade.

O segundo passo foi a definição das metas de desempenho econômico-financeiro desejadas, o que foi feito com base no orçamento previsto para a instituição e nos serviços prestados pela universidade, o que é essencial para a análise de qualquer organização, visto que o desempenho ideal dos indicadores depende do ramo de atuação da entidade.

Após isso, foram elaboradas sugestões de melhores práticas de gestão financeira para a universidade, a fim de se alcançar o desempenho esperado. Dessa forma, o artefato construído foi avaliado com base na sua aplicabilidade e utilidade para os problemas identificados por meio de simulações de resultados econômico-financeiros.

Por fim, após a avaliação do artefato, caso não se alcançasse os objetivos propostos, a solução seria adaptada e avaliada repetidamente, até que fosse definido um artefato satisfatório para o problema encontrado no início da pesquisa.

Porém, como forma de garantir maior qualidade à pesquisa, que neste projeto se assemelhou a um estudo de caso, pode-se realizar alguns testes como: validade do construto, validade externa e confiabilidade, tal como apresentado por Yin (2001).

Quadro 03: Comparativo entre os testes sugeridos por Yin e os utilizados no projeto.

Testes Propostos por Yin	Testes Aplicáveis ao Projeto
Validade do Construto	Validade do Construto
Validade Externa	Validade Externa
Confiabilidade	Confiabilidade
Validade Interna	-

Fonte: Adaptado de Yin (2001) e elaborado pelo autor.

Dos quatro tipos de testes explicitados por Yin (2001), neste trabalho apenas não foi utilizado o teste de validade interna, pois este apresenta restrições à aplicação em projetos descritivos, como neste caso.

Ainda sobre os critérios de validade, como afirmado por Yin (2001), a validade do construto, basicamente, possui utilidade na garantia de que as fontes utilizadas pelo pesquisador sejam, de fato, relevantes e estejam alinhadas aos objetivos do projeto, assim a validade do construto é aplicada principalmente na etapa de coleta de dados da pesquisa, como o caso deste projeto.

Já sobre a validade externa, nesta pesquisa foi aplicada durante a etapa da avaliação do artefato, visto que é o momento em que a solução é testada, além de que a validade externa converge com a *design research*, visto que, como afirmado por Yin (2001), a validade externa busca testar a capacidade de um estudo ser replicado em outros casos.

E, por fim, Yin (2001) apresenta o critério de confiabilidade, que assim como a *design research*, se preocupa com a documentação final da pesquisa a fim de garantir que, se outro pesquisador utilizar o mesmo objeto de estudo, sob as mesmas variáveis e utilizando os mesmos procedimentos, terá exatamente os mesmos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta parte do trabalho são apresentados os resultados da pesquisa de acordo com os objetivos definidos anteriormente, que compreendem a coleta das informações contábeis da instituição, a análise das informações coletadas com o uso dos quocientes apresentados anteriormente e das análises horizontal e vertical, além da proposição de uma solução de acordo com a metodologia *design research*.

4.1 Levantamento das Informações Contábeis

Para o levantamento das informações, inicialmente, se pensou em utilizar as demonstrações contábeis dos últimos cinco anos da instituição, entretanto até o momento da elaboração deste trabalho o Relatório de Gestão de 2019 (que deve conter os demonstrativos do período) ainda não havia sido concluído, devido a uma extensão do prazo pelo TCU. Assim, os dados coletados englobam os anos de 2015 a 2018, obtidos por meio dos seus respectivos Relatórios de Gestão.

Assim, sempre que necessário foram solicitadas informações à instituição analisada e consultados os Relatórios com suas Notas Explicativas, a fim de se obter informações complementares às demonstrações, de forma a compreender melhor o contexto em que a instituição se inseria em cada um dos anos analisados, além de certas especificidades do ente em questão que precisavam ser levadas em consideração, a fim de se gerar uma análise condizente com a sua realidade.

Sobre os demonstrativos apresentados há algumas divergências entre informações dos balanços e as que são apresentadas no Relatório de Gestão de 2015, como os valores do Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e do Saldo para o Exercício Seguinte. Porém, os valores aqui apresentados estão de acordo com a correção feita pela instituição no Relatório de Gestão de 2016. Ao buscar informações a respeito dessa divergência entre os relatórios, a UFS informou que em 2015 não foram considerados os valores referentes ao Hospital Universitário (HU), visto que o que foi acrescentado no relatório seguinte em correção ao anterior.

Ressalta-se que, segundo a UFS (2015), a não inclusão prévia dos valores do HU deve-se à passagem da administração do hospital para a EBSEH, porém ao ser questionada sobre a posterior inclusão dos valores no Relatório de Gestão de 2016, a própria universidade reconheceu que houve apenas um equívoco.

Além dessa divergência há também os valores das despesas empenhadas dos Balanços Orçamentários de 2015 e 2016, que deveriam ser iguais às despesas orçamentárias dos Balanços Financeiros dos respectivos anos, o que não acontece nos Relatórios de Gestão de 2015 e 2016. Neste trabalho foram utilizados os valores enviados pela universidade com as devidas correções. A UFS não justificou essa divergência até a realização do trabalho.

Com o objetivo de manter a escrita direta e organizada, as demonstrações utilizadas na análise estão dispostas em anexo ao trabalho, do Anexo E ao T.

4.2 Análise Financeira da Universidade

Para a análise das demonstrações contábeis da universidade, inicialmente inflacionou-se os demonstrativos de 2015 em diante para dezembro do ano de 2019, com dados do Banco Central do Brasil (2020), pois assim haveria a possibilidade de realizar uma comparação entre os anos observados sem a influência da inflação nos resultados, como recomenda Gorla (2010).

Para inflacionar os demonstrativos foi utilizado o IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), utilizado geralmente para reajustar os valores de aluguéis e tarifas públicas, como afirmado pela FGV (2020).

Na Tabela 01 são apresentadas quatro colunas, sendo: a primeira referente ao ano observado; a segunda, à inflação acumulada do ano observado em termos percentuais; a terceira, ao fator utilizado para calcular a inflação, em que dividiu-se o percentual da coluna anterior por cem e somou-se ao número um; e a última coluna, ao produto da inflação acumulada de cada ano pela inflação dos anos seguintes.

Tabela 01: Tabela da Inflação Acumulada.

Inflação Acumulada			
Ano	Inflação	Fator	Inflação Acumulada
Acumulado 2015 – 2019	10,54429%	1,10544	1,36039
Acumulado 2016 – 2019	7,19071%	1,07191	1,23063
Acumulado 2017 – 2019	-0,53299%	0,99467	1,14808
Acumulado 2018 – 2019	7,55214%	1,07552	1,15423
Acumulado 2019	7,31791%	1,07318	1,07318

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2020).

Com isso, os valores dos demonstrativos de cada ano foram multiplicados pelos valores correspondentes ao acumulado dos seus respectivos anos, por exemplo: os valores de 2015 foram multiplicados pelo acumulado de 2015 a 2019.

4.2.1 Análise do Balanço Orçamentário

Neste item, é apresentada a análise do Balanço Orçamentário, iniciando-se a partir da interpretação dos seus respectivos índices como mostra a Tabela 02.

Tabela 02: Índices do Balanço Orçamentário.

Quociente	Fórmula	2015	2016	2017	2018
Equilíbrio Orçamentário	$\frac{\text{Dotação Inicial}}{\text{Receita Prevista}}$	85,27837098	145,2474358	166,2094888	119,5915194
Execução da Receita	$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Receita Prevista}}$	0,464675136	1,635875380	1,539165810	0,546964542
Execução da Despesa	$\frac{\text{Despesa Empenhada}}{\text{Despesa Prevista}}$	0,898418461	1,023429588	0,996596985	1,01349659
Resultado Orçamentário	$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Empenhada}}$	0,005639612	0,010175442	0,008848685	0,004870165
Financeiro Real da Execução Orçamentária	$\frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}$	0,01	0,011278595	0,009600907	0,004870165

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No primeiro índice se percebe que em nenhum dos períodos houve equilíbrio entre as receitas e as despesas orçadas, ou seja, em nenhum dos anos se obteve um resultado igual a 1, sendo as despesas muitas vezes superiores às receitas. Além disso, o ano que apresentou o melhor resultado foi 2015, cujas despesas foram oitenta e cinco vezes maiores que as receitas do mesmo ano.

Ainda sobre o primeiro índice, observa-se que a diferença entre as receitas e despesas, para a UFS, pode ser considerada aceitável, uma vez que o Balanço Orçamentário da instituição considera apenas as receitas arrecadadas por ela mesma, desconsiderando os valores recebidos pelo MEC e outros órgãos.

No quociente de Execução da Receita observa-se que também houve desequilíbrio ao longo dos anos, ou seja, houve anos cujas arrecadações superaram as previsões, como 2016 e 2017, e outros cujas arrecadações foram inferiores.

De acordo com a UFS (2017; 2018), o excesso de arrecadações nesses anos se deve a receitas não previstas como multas e indenizações. Além disso, segundo a UFS (2018), esses aumentos também se devem ao recebimento de alugueis de

locatários inadimplentes em anos anteriores. Com isso, os efeitos das baixas arrecadações nos outros anos são reduzidos, o que é favorável no longo prazo.

No terceiro índice houve poucas variações entre as despesas previstas e as empenhadas, visto que, ao longo dos anos, todos os resultados eram próximos ou iguais a “1”, considerado aceitável, uma vez que as despesas adicionais podem ser cobertas pelo saldo do exercício anterior ou pela abertura de créditos adicionais.

Assim, ao analisar os dois índices anteriores, se percebe que no conjunto dos períodos os seus resultados foram satisfatórios, o que evidencia uma boa execução do que a UFS planejou ao longo dos anos. Porém, mesmo que as receitas e despesas executadas sejam adequadas às previstas, isto não significa que as previsões sejam positivas, visto a disparidade entre o que é arrecadado e gasto pela UFS, que atinge o seu ápice em 2017 com um déficit superior a 864 milhões de reais. Esta observação explicita a necessidade da universidade em receber recursos do MEC para cobrir as suas despesas, além do impacto que uma redução desses recursos tem sobre as universidades públicas, como no caso do objeto de estudo.

Com o quociente do Resultado Orçamentário, percebe-se que em todos os anos os resultados foram desfavoráveis, sendo que em 2016 (período com o melhor resultado do índice), as receitas representaram menos de 1,1% do valor das despesas. Porém, neste índice, pode-se admitir leves baixas, pois como as despesas são empenhadas em regime de competência, pode-se deduzir que o empenho não equivale necessariamente à saída de recursos. Além disso, como afirmado pela própria instituição, o Balanço Orçamentário não considera os recursos recebidos por meio do MEC o que, diminuiria o resultado calculado.

Com o quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária se tem uma análise mais assertiva da situação orçamentária da UFS, considerando como despesas apenas as computadas por meio do regime de caixa. Assim, este índice reforça o fato da entrada de recursos governamentais, visto que as despesas superam as receitas e que a instituição possui apenas um baixo endividamento de curto prazo, o que reforça a dependência que a UFS possui de recursos do Tesouro, condição característica das universidades públicas do país.

Em complemento à análise dos quocientes foi realizada uma análise vertical e horizontal da demonstração. Na Tabela 03 é apresentada uma versão sintetizada da demonstração, apenas com as receitas e despesas realizadas consideradas relevantes para a análise, além dos seus respectivos percentuais.

Tabela 03: Análise Vertical e Horizontal do Balanço Orçamentário.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2015		2016		2017		2018	
	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
Receitas Correntes	95,84%	100,00%	100,00%	193,51%	100,00%	169,86%	100,00%	86,67%
Receita Patrimonial	20,13%	100,00%	12,97%	119,55%	17,51%	141,60%	8,95%	36,93%
Receitas de Serviços	59,21%	100,00%	52,04%	163,02%	31,98%	87,91%	62,44%	87,59%
Transferências Correntes			0,03%					
Outras Receitas Correntes	16,51%	100,00%	34,96%	392,77%	50,52%	498,24%	28,62%	144,01%
Receitas de Capital	4,16%	100,00%						
Alienação de Bens	4,16%	100,00%						
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	185,47%	100,00%	162,79%	100,00%	83,06%
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS								
	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
Despesas Correntes	94,34%	100,00%	92,45%	100,73%	96,57%	118,84%	96,51%	126,90%
Pessoal e Encargos Sociais	75,91%	100,00%	72,15%	97,70%	76,48%	116,80%	76,51%	124,84%
Outras Despesas Correntes	18,43%	100,00%	20,30%	113,19%	20,10%	127,35%	20,00%	135,44%
Despesas de Capital	5,66%	100,00%	7,55%	137,14%	3,43%	63,69%	3,49%	69,21%
Investimentos	5,66%	100,00%	7,55%	137,14%	3,43%	63,69%	3,49%	69,21%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	102,79%	100,00%	115,42%	100,00%	123,31%

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Com o auxílio da Tabela 03, se percebe que o total das receitas realizadas foi constituído por, pelo menos, 95% de receitas correntes sendo que de 2016 em diante se estabeleceu em 100% o que, conseqüentemente, reduziu as receitas de capital a 0% de representatividade no Balanço de cada ano observado, visto que apenas em 2015 houve a venda de bens da instituição, o que seria considerado como receita de capital. Além disso, em 2016 e 2017 as receitas foram superiores às de 2015 (consequência direta das receitas correntes), porém no período de 2018 as receitas representaram apenas 83,06% do que foi obtido em 2015, com reduções expressivas em arrecadações por meio de aluguéis (aumento da inadimplência) e de Indenizações e Ressarcimentos, consideradas imprevisíveis.

Com relação às despesas empenhadas houve aumentos sucessivos ao longo dos anos, o que se percebe com o aumento nos investimentos em pessoal e na infraestrutura da instituição o que, aliadas às baixas arrecadações citadas anteriormente, consolidam o ano de 2018 como o período com menores arrecadações e maiores despesas dentre todos os períodos observados, além de confirmar os baixos resultados dos índices associados a este ano.

4.2.2 Análise do Balanço Financeiro

Nesta seção é apresentada a análise do Balanço Financeiro que, tal como no balanço anterior, se inicia a partir da interpretação dos seus respectivos quocientes, cujos resultados são explicitados na Tabela 04.

Tabela 04: Índices do Balanço Financeiro.

Quociente	Fórmula	2015	2016	2017	2018
Execução Orçamentária	$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$	0,005639612	0,010175442	0,008848685	0,00422591
Execução Orçamentária Corrente	$\frac{\text{Receitas Correntes}}{\text{Despesas Correntes Pagas}}$	0,00587814	0,011471798	0,009676397	0,004929167
Execução Orçamentária de Capital	$\frac{\text{Receitas de Capital}}{\text{Despesas de Capital Pagas}}$	0,009691149	0	0	0
Execução Extraorçamentária	$\frac{\text{Receita Extraorçamentária}}{\text{Despesa Extraorçamentária}}$	1,035656157	2,027016801	0,965350357	1,993203395
Resultado da Execução Financeira	$\frac{\text{Receita Orçamentária} + \text{Receita Extraorçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária} + \text{Despesa Extraorçamentária}}$	0,058730622	0,103318704	0,080763253	0,129167192
Resultado dos Saldos Financeiros	$\frac{\text{Saldo para o Exercício Seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$	1,309654499	0,600308571	1,774998825	4,185017985

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No primeiro quociente apresentado, da Execução Orçamentária, houve o reforço do que foi constatado no quociente do Resultado Orçamentário, uma vez que ambos apresentaram resultados semelhantes, o que pode levar à conclusão de que o índice pode não ser necessário, entretanto, essa conclusão não pode ser obtida apenas por este trabalho, visto que há a possibilidade de que em outros casos os resultados desses dois índices podem diferir.

Já o índice da Execução Orçamentária Corrente informa que, em todos os anos observados, os resultados foram abaixo do esperado, de forma que houve a necessidade de arcar com as despesas correntes com outras receitas o que, conforme abordado anteriormente, explicita a contribuição das Transferências Financeiras Recebidas, que se referem aos valores recebidos do MEC. Sendo este resultado coerente com o observado anteriormente nesta análise, uma vez que, a instituição depende de recursos governamentais para arcar com a maior parte das suas despesas que, por sua vez, têm maior representatividade por parte das despesas correntes.

Com o quociente da Execução Orçamentária de Capital, além de se constatar que as receitas de capital não foram suficientes para arcar com as despesas de capital de 2015, nos anos seguintes os resultados foram ainda mais baixos, visto que a instituição não conseguiu arrecadar receitas de capital, tornando-se totalmente dependente de recursos de outros órgãos neste quesito, o que se agrava com o corte de 50% no teto dos empenhos das despesas de capital pelo governo o que, de acordo com UFS (2016), é decorrente da crise econômica em que o país se encontrava na época.

Em relação ao índice de Execução Extraorçamentária, com exceção do ano de 2017, houve superávit extraorçamentário em todos os anos observados, sendo que em 2017, apesar de haver um déficit, o resultado foi próximo ao desejado, ou seja, do equilíbrio, o que indica que houve mais despesas extraorçamentárias. Porém, no caso analisado esse déficit não afetou a saúde financeira da instituição, uma vez que não houve redução do saldo deste período, além de que essas saídas, futuramente, retornarão para a instituição em forma de receitas, visto que esses valores apenas saíram como meio de oferecer garantias a possíveis fornecedores.

Com o quociente do Resultado da Execução Financeira pode-se perceber que em todos os anos observados houve déficit na execução financeira, de tal forma que, mesmo as altas receitas extraorçamentárias não compensaram os baixos

resultados orçamentários, o que evidencia mais uma vez o impacto que os recursos de outros órgãos tem sobre o orçamento da universidade.

Por fim, no quociente do Resultado dos Saldos Financeiros percebe-se que em todos os anos houve um superávit, com exceção de 2016 que foi abaixo do ideal, o que se atribui como uma das principais causas, a redução nas Transferências Financeiras Recebidas, de mais de 34 milhões de reais com valores já reajustados. Além disso, o ano com o melhor resultado neste índice foi 2018, o que se deve principalmente ao aumento das Receitas Extraorçamentárias, superior ao ano de 2015 em mais de 160% e superior às Despesas Extraorçamentárias de 2018 em mais de 57 milhões de reais.

Nas Tabelas 05 e 06 são apresentadas as partes referentes aos Ingressos e Dispêndios do Balanço Financeiro de forma resumida, contendo apenas as contas que possuem relevância para as análises vertical e horizontal, além dos seus respectivos percentuais.

Tabela 05: Análise Vertical e Horizontal dos Ingressos do Balanço Financeiro.

INGRESSOS ESPECIFICAÇÃO	2015		2016		2017		2018	
	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
Receitas Orçamentárias	0,49%	100,00%	0,89%	185,47%	0,75%	162,79%	0,35%	83,06%
Ordinárias	0,04%	100,00%	0,01%	27,81%	0,02%	44,07%	0,00%	0,00%
Vinculadas	0,54%	100,00%	0,90%	167,13%	0,73%	142,37%	0,35%	74,99%
Educação			0,14%		0,07%		0,02%	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	0,54%	100,00%	0,75%	140,36%	0,66%	127,99%	0,33%	69,65%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-0,10%	100,00%	-0,02%	18,03%	0,00%	1,23%	0,00%	3,37%
Transferências Financeiras Recebidas	93,68%	100,00%	89,23%	96,21%	91,89%	103,71%	87,49%	108,51%
Resultantes da Execução Orçamentária	89,47%	100,00%	85,91%	96,99%	85,25%	100,75%	82,36%	106,97%
Repasso Recebido	82,20%	100,00%	78,89%	96,94%	78,10%	100,47%	75,90%	107,28%
Sub-repasso Recebido			7,02%		7,14%		6,46%	
Independentes da Execução Orçamentária	4,22%	100,00%	3,32%	79,56%	6,64%	166,47%	5,13%	141,28%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3,98%	100,00%	3,10%	78,76%	6,15%	163,46%	4,74%	138,51%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	0,24%	100,00%	0,22%	92,74%	0,49%	216,22%	0,39%	186,99%
Recebimentos Extraorçamentários	4,85%	100,00%	8,61%	179,25%	6,64%	144,68%	10,99%	263,13%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1,64%	100,00%	0,93%	57,27%	0,81%	52,41%	5,47%	386,63%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3,21%	100,00%	7,65%	240,81%	5,81%	191,58%	5,41%	196,07%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-0,03%	100,00%	0,00%	-14,83%	0,01%	-35,00%	0,06%	-199,70%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,03%	100,00%	0,02%	72,19%	0,00%	0,00%	0,05%	169,91%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	0,00%	100,00%						
Arrecadação de Outra Unidade			0,02%		0,00%		0,03%	
Demais Recebimentos	0,03%	100,00%					0,02%	83,85%
Saldo do Exercício Anterior	0,98%	100,00%	1,27%	130,97%	0,73%	78,62%	1,17%	139,55%
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,98%	100,00%	1,27%	130,97%	0,73%	78,62%	1,17%	139,55%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	101,01%	100,00%	105,74%	100,00%	116,19%

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Tabela 06: Análise Vertical e Horizontal dos Dispendios do Balanço Financeiro.

DISPÊNDIOS ESPECIFICAÇÃO	2015		2016		2017		2018	
	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
Despesas Orçamentárias	86,22%	100,00%	87,74%	102,79%	84,60%	103,75%	82,25%	110,85%
Ordinárias	24,16%	100,00%	23,51%	98,31%	16,17%	70,78%	64,83%	311,79%
Vinculadas	62,06%	100,00%	64,22%	104,54%	68,43%	116,59%	17,42%	32,62%
Educação	51,00%	100,00%	53,51%	106,00%	54,74%	113,51%	0,22%	0,49%
Seguridade Social (Exceto RGPS)	0,02%	100,00%	9,45%	53841,95%	12,88%	76782,98%	0,39%	2536,55%
Operação de Crédito	10,36%	100,00%			0,11%	1,16%	0,00%	0,00%
Previdência Social (RGPS)							12,18%	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	0,39%	100,00%	1,12%	292,28%	0,69%	189,17%	1,76%	527,44%
Outros Recursos Vinculados a Fundos	0,30%	100,00%	0,13%	45,35%			2,72%	1054,04%
Transferências Financeiras Concedidas	7,68%	100,00%	7,20%	94,69%	7,24%	99,70%	6,56%	99,24%
Resultantes da Execução Orçamentária	7,26%	100,00%	7,02%	97,66%	7,14%	104,02%	6,46%	103,41%
Sub-repasse Concedido	7,26%	100,00%	7,02%	97,66%	7,14%	104,01%	6,46%	103,40%
Independentes da Execução Orçamentária	0,42%	100,00%	0,18%	43,19%	0,10%	24,89%	0,10%	27,12%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	0,27%	100,00%	0,02%	7,22%	0,01%	1,99%	0,05%	19,56%
Movimento de Saldos Patrimoniais	0,15%	100,00%	0,16%	110,87%	0,09%	67,98%	0,05%	41,36%
Despesas Extraorçamentárias	4,69%	100,00%	4,25%	91,58%	6,88%	155,21%	5,51%	136,72%
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1,35%	100,00%	1,61%	120,14%	0,85%	66,37%	0,83%	71,11%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3,33%	100,00%	2,61%	79,23%	6,02%	191,12%	4,63%	161,49%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00%	100,00%	0,00%	74,81%	0,01%	380,19%	0,06%	1993,69%
Outros Pagamentos Extraorçamentários			0,02%					
Demais Pagamentos			0,02%					
Saldo para o Exercício Seguinte	1,28%	100,00%	0,76%	60,03%	1,29%	106,55%	4,91%	445,93%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1,28%	100,00%	0,76%	60,03%	1,29%	106,55%	4,91%	445,93%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	101,01%	100,00%	105,74%	100,00%	116,19%

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Ao comparar os percentuais apresentados, percebe-se que os Ingressos tiveram aumentos mais expressivos do que as despesas, porém se forem observados os valores em termos monetários (dispostos ao final deste trabalho), os aumentos das despesas foram superiores às receitas.

Os aumentos de receitas constatados possuem algumas origens, sendo a primeira delas os aumentos das contas de Inscrições a Pagar que, na verdade, não são entradas de recursos, mas a parte das despesas orçamentárias que ainda não foram pagas. Já os aumentos das receitas orçamentárias, segundo (UFS, 2017; UFS, 2018), estão ligados principalmente às Outras Receitas Correntes (que possuem carácter imprevisível), a convênios firmados e reajustes de contratos com locatários.

Já com a análise vertical da Tabela 06 é evidenciada a alta participação das Despesas Orçamentárias no Balanço Financeiro, sendo superior a 80% em todos os anos observados, o que é positivo, pois significa a consequente baixa representatividade de despesas não previstas na LOA.

Em contrapartida, se percebe a alta participação das Transferências Financeiras Recebidas no Tabela 05, o que reflete a importância de recursos governamentais no orçamento da universidade, sendo que em todos os anos observados o que apresentou menor valor nesses ingressos foi 2016, com uma participação de 96,21% em relação ao total deste ano.

Além disso, se percebe que as Transferências Financeiras Recebidas, apesar de terem uma redução em 2016, apresentou aumentos nos valores dos anos de 2017 e 2018, o que necessariamente significa dizer que essas receitas foram direcionadas para Despesas Correntes. O que se pode comprovar no Tabela 03, que trata da análise do Balanço Orçamentário e mostra os aumentos nas Despesas Correntes e reduções nas Despesas de Capital.

4.2.3 Análise do Balanço Patrimonial

Nesta terceira seção será apresentada a análise do Balanço Patrimonial que, assim como com as outras demonstrações, terá início com a interpretação dos seus respectivos quocientes, explicitados na Tabela 07.

Tabela 07: Índices do Balanço Patrimonial.

Quociente	Fórmula	2015	2016	2017	2018
Situação Financeira	$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$	0,255836777	0,087879149	0,167509847	0,461574808
Situação Permanente	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}}$	728,4448223	1921,449502	Divisão por 0	640,6787264
Resultado Patrimonial	$\frac{\text{Soma do Ativo Real}}{\text{Soma do Passivo Real}}$	10,06319963	9,912034843	11,30907189	6,956322429

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

No primeiro quociente, da Situação Financeira, pode-se perceber que, ao comparar recursos de curto prazo não previstos em orçamento, houve evoluções nos resultados ao longo dos anos observados, porém nenhum deles apresentou superávit, o que indica que os recursos financeiros de curto prazo foram insuficientes para cobrir as obrigações de curto prazo. Neste caso, a situação seria desfavorável, pois indica que a universidade precisou receber recursos do Tesouro não apenas para arcar com as despesas previstas, mas também com as não previstas por meio da abertura de créditos adicionais.

Já no índice da Situação Permanente se constata que, em todos os anos observados, se tem um superávit, ou seja, é uma indicação de que os ativos de longo prazo são superiores aos passivos. Além disso, no ano de 2017 se observa uma situação mais confortável para a instituição, visto que os passivos permanentes foram iguais a “0”, razão pela qual o cálculo não pôde apresentar um resultado numérico.

Por último se tem o quociente do Resultado Patrimonial, do qual pode-se compreender que em todos os períodos observados houve um superávit patrimonial, o que claramente teve contribuição dos ativos e passivos permanentes. Entretanto, o ano de 2018 apresentou o resultado mais baixo, o que também pode ser constatado pelos índices do Resultado Orçamentário e Financeiro Real da Execução Orçamentária (ambos do Balanço Orçamentário) e que pode ser efeito dos cortes orçamentários.

Na Tabela 08 é apresentada a análise vertical e horizontal referentes ao Balanço Patrimonial e, assim como nos dois subtópicos anteriores, o quadro apenas evidenciará os grupos de contas que possuem relevância para a análise.

Tabela 08: Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial.

ATIVO	2015		2016		2017		2018	
	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
ATIVO CIRCULANTE	4,22%	100,00%	1,54%	50,33%	1,79%	57,19%	8,14%	285,16%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2,08%	100,00%	0,88%	58,21%	1,48%	95,88%	6,57%	465,61%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1,44%	100,00%	0,30%	28,91%	0,02%	2,31%	1,20%	123,74%
Estoques	0,69%	100,00%	0,35%	69,37%	0,27%	52,87%	0,36%	76,39%
VPDs Pagas Antecipadamente			0,01%		0,01%		0,01%	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	95,78%	100,00%	98,46%	141,37%	98,21%	138,32%	91,86%	141,69%
Imobilizado	95,69%	100,00%	98,39%	141,41%	98,15%	138,36%	91,75%	141,66%
Bens Móveis	22,04%	100,00%	14,41%	89,95%	14,49%	88,72%	13,77%	92,33%
Bens Móveis	26,37%	100,00%	18,30%	95,40%	19,25%	98,44%	19,18%	107,42%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens	-4,34%	100,00%	-3,88%	123,10%	-4,75%	147,82%	-5,40%	184,06%
Bens Imóveis	73,65%	100,00%	83,98%	156,81%	83,65%	153,22%	77,98%	156,41%
Bens Imóveis	73,69%	100,00%	84,09%	156,94%	84,09%	153,92%	78,66%	157,70%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	-0,04%	100,00%	-0,12%	397,18%	-0,43%	1438,04%	-0,68%	2486,27%
Intangível	0,10%	100,00%	0,07%	94,05%	0,07%	91,76%	0,11%	174,05%
Softwares	0,08%	100,00%	0,05%	90,05%	0,05%	84,30%	0,10%	178,88%
Softwares	0,08%	100,00%	0,05%	90,67%	0,05%	84,88%	0,10%	179,46%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,02%	100,00%	0,01%	112,02%	0,02%	125,23%	0,02%	152,34%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,02%	100,00%	0,02%	120,82%	0,02%	137,93%	0,02%	169,24%
TOTAL DO ATIVO	100,00%	100,00%	100,00%	137,53%	100,00%	134,90%	100,00%	147,74%
PASSIVO								
	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
PASSIVO CIRCULANTE	3,95%	100,00%	1,59%	55,37%	1,40%	47,84%	6,84%	255,75%
Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto	0,00%	100,00%	0,05%	9585,35%	0,02%	4474,17%	5,08%	1012388,94%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2,42%	100,00%	1,44%	81,77%	0,98%	54,70%	0,62%	37,93%
Demais Obrigações a Curto Prazo	1,53%	100,00%	0,10%	8,99%	0,40%	34,86%	1,13%	109,51%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3,95%	100,00%	1,59%	55,37%	1,40%	47,84%	6,84%	255,75%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Resultados Acumulados	96,05%	100,00%	98,41%	140,91%	98,60%	138,48%	93,16%	143,29%
Resultado do Exercício	5,40%	100,00%	35,31%	899,21%	5,23%	130,67%	2,74%	74,94%
Resultados de Exercícios Anteriores	90,65%	100,00%	63,18%	95,85%	93,60%	139,29%	90,51%	147,51%
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00%	100,00%	-0,08%	-101157,30%	-0,23%	-304750,93%	-0,09%	-127990,32%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	96,05%	100,00%	98,41%	140,91%	98,60%	138,48%	93,16%	143,29%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100,00%	100,00%	100,00%	137,53%	100,00%	134,90%	100,00%	147,74%

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Ao analisar o Balanço Patrimonial verticalmente, percebe-se que em todos os períodos o Ativo Imobilizado representa mais de 90% do patrimônio, chegando a 98,39% em 2018, com destaque para o grupo de contas de Bens Imóveis.

Assim, pode-se perceber que ao longo dos anos houve investimentos em Imóveis da instituição, mesmo com cortes nas Receitas de Capital, o que ainda é coerente com o plano de expansão previsto pela instituição e com o apresentado pelas notas explicativas da UFS (2017), que afirmam não necessitar de investimentos na sua frota de veículos e equipamentos, o que não justifica a não arrecadação de Receitas de Capital em 2016, mas indica um direcionamento de recursos em imóveis.

Entretanto, a situação patrimonial da universidade ainda é favorável, visto que seu endividamento de curto prazo se manteve baixo e o de longo prazo permanece inexistente, devido às receitas oriundas do Tesouro.

4.2.4 Análise da Demonstração das Variações Patrimoniais

Nesta última seção é feita uma análise do último demonstrativo selecionado, a Demonstração das Variações Patrimoniais, que assim como as outras foi analisada iniciando-se pela interpretação do seu índice correspondente, como disposto na Tabela 09.

Tabela 09: Índice da Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quociente	Fórmula	2015	2016	2017	2018
Resultado das Variações Patrimoniais	$\frac{\text{Total das Variações Ativas}}{\text{Total das Variações Passivas}}$	1,039637645	1,358917353	1,051113136	1,027621984

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Neste único quociente selecionado deste demonstrativo percebe-se um superávit em relação às variações patrimoniais de cada ano observado, porém após 2016 houve sucessivas reduções no índice, reflexo dos aumentos das despesas e, portanto, das variações patrimoniais diminutivas. Assim, esta observação complementa o já observado em outros quocientes, que indicam o aumento de Despesas Correntes.

Por fim, na Tabela 10 se tem a análise vertical e horizontal da Demonstração das Variações Patrimoniais, que apresenta apenas os grupos de contas com alguma participação no total da demonstração.

Tabela 10: Análise Vertical e Horizontal da Demonstração das Variações Patrimoniais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2015		2016		2017		2018	
	AV	AH	AV	AH	AV	AH	AV	AH
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	100,00%	100,00%	100,00%	129,80%	100,00%	102,45%	100,00%	106,30%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,40%	100,00%	0,47%	151,99%	0,40%	101,53%	0,29%	76,83%
Venda de Mercadorias	0,01%	100,00%		21,09%		14,43%		17,52%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,39%	100,00%	0,47%	154,24%	0,40%	103,02%	0,29%	77,85%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,01%	100,00%	0,01%	144,52%	0,01%	149,46%	0,01%	125,97%
Juros e Encargos de Mora	0,01%	100,00%	0,01%	144,52%	0,01%	149,46%	0,01%	125,97%
Transferências e Delegações Recebidas	97,89%	100,00%	72,28%	95,85%	98,92%	103,53%	99,44%	107,99%
Transferências Intragovernamentais	97,38%	100,00%	72,18%	96,21%	98,58%	103,71%	99,40%	108,51%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,51%	100,00%	0,11%	27,22%	0,34%	69,20%	0,04%	8,33%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1,50%	100,00%	26,86%	2318,90%	0,18%	12,50%	0,01%	0,38%
Reavaliação de Ativos			20,48%		0,17%			
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,34%	100,00%	5,84%	2228,08%		0,10%	0,01%	1,69%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1,16%	100,00%	0,54%	60,64%	0,01%	0,73%		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,20%	100,00%	0,38%	246,73%	0,48%	249,70%	0,25%	133,98%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,20%	100,00%	0,38%	246,73%	0,48%	249,70%	0,25%	133,98%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	96,19%	100,00%	73,59%	99,31%	95,14%	101,33%	97,31%	107,54%
Pessoal e Encargos	57,17%	100,00%	43,82%	99,49%	58,54%	104,92%	58,99%	109,68%
Remuneração a Pessoal	44,75%	100,00%	33,72%	97,82%	45,79%	104,83%	46,16%	109,65%
Encargos Patronais	9,27%	100,00%	7,21%	101,03%	9,35%	103,32%	9,51%	109,08%
Benefícios a Pessoal	3,15%	100,00%	2,88%	118,77%	3,37%	109,86%	3,26%	110,22%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		100,00%		60,33%	0,03%	2486,44%	0,05%	3717,38%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14,19%	100,00%	11,41%	104,40%	15,18%	109,59%	15,61%	116,94%
Aposentadorias e Reformas	11,79%	100,00%	9,27%	102,13%	12,20%	106,02%	12,51%	112,78%
Pensões	2,38%	100,00%	2,12%	115,96%	2,96%	127,47%	3,08%	137,67%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,02%	100,00%	0,01%	68,59%	0,02%	92,01%	0,02%	106,15%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	9,80%	100,00%	7,99%	105,86%	9,72%	101,63%	11,37%	123,30%
Uso de material de Consumo	0,92%	100,00%	0,47%	66,54%	0,58%	63,84%	0,79%	90,65%

Serviços	7,99%	100,00%	6,72%	109,20%	7,85%	100,77%	9,26%	123,24%
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,89%	100,00%	0,80%	116,56%	1,29%	148,34%	1,33%	157,61%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00%	100,00%	0,04%	2552,87%		104,46%		240,66%
Juros e Encargos de Mora			0,04%	2585,95%		105,91%		139,72%
Descontos Financeiros Concedidos				161,48%				7536,60%
Transferências e Delegações Concedidas	8,05%	100,00%	5,87%	94,65%	7,97%	101,52%	7,46%	98,56%
Transferências Intragovernamentais	7,98%	100,00%	5,82%	94,69%	7,77%	99,70%	7,43%	98,87%
Transferências Intergovernamentais	0,01%	100,00%						
Transferências a Instituições Privadas					0,01%		0,01%	
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,05%	100,00%	0,04%	99,89%	0,19%	358,43%	0,03%	52,88%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3,50%	100,00%	1,73%	64,27%	0,04%	1,11%	0,18%	5,44%
Perdas com Alienação	0,37%	100,00%					0,14%	40,60%
Perdas Involuntárias	0,03%	100,00%	0,01%	26,08%	0,03%	93,92%	0,03%	118,23%
Incorporação de Passivos	1,80%	100,00%	0,01%	0,68%				
Desincorporação de Ativos	1,30%	100,00%	1,72%	172,25%	0,01%	0,76%	0,00%	0,12%
Tributárias	0,08%	100,00%	0,06%	87,72%	0,08%	100,23%	0,06%	77,98%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		100,00%		18,96%				2017,00%
Contribuições	0,08%	100,00%	0,06%	87,81%	0,08%	100,36%	0,06%	75,42%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3,39%	100,00%	2,67%	102,08%	3,60%	108,61%	3,64%	114,14%
Incentivos	3,39%	100,00%	2,67%	102,06%	3,60%	108,58%	3,64%	114,10%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		100,00%		788,22%		928,08%		1313,20%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	3,81%	100,00%	26,41%	899,21%	4,86%	130,67%	2,69%	74,94%

Fonte: Dados da Pesquisa (2020).

Ao analisar o DVP percebe-se que, justamente em 2016, houve um aumento expressivo nos Ganhos com Ativos, o que foi determinante para o bom desempenho patrimonial daquele ano, além de ser coerente com o observado no Balanço Patrimonial, visto que, mesmo que esse resultado não esteja na mesma proporção, ainda assim é justificável, pois as variações diminutivas, como um todo, se mantiveram próximas dos valores de 2015.

Entretanto, este aumento só ocorreu em 2016, sendo que em 2017 e 2018 as variações aumentativas e diminutivas se mantiveram próximas das de 2015.

Outro ponto importante a ser destacado é que houve reduções significativas no grupo de contas de Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, que em 2017 chegou ao mínimo de 1,11% em relação ao ano de 2015 o que, em grande parte, teve contribuição das contas de Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos.

Para finalizar a análise dos demonstrativos, pode-se perceber que, apesar de haver variações nas arrecadações, a UFS consegue gerir bem suas receitas e despesas, o que é reforçado com o resultado dos saldos financeiros, que mostram que o ano com saldo mais baixo foi justamente o que teve maior influência dos cortes orçamentários governamentais, ou seja, os fatores externos tiveram maior peso na redução do respectivo índice.

Entretanto, mesmo que, de forma geral, a universidade consiga gerir seus recursos de acordo com o planejado, a sua dependência de receitas do MEC torna a instituição vulnerável a qualquer corte realizado o que, apesar de ser normal para as instituições federais de ensino no Brasil, é desfavorável no contexto atual, em que houve cortes orçamentários de 31,8 milhões de reais para a UFS, como afirmado por Ferreira (2020).

4.3 Proposta

Neste tópico é apresentada uma das últimas partes do trabalho e que se refere às soluções sugeridas para melhorar o desempenho da universidade, além de explicitar o artefato elaborado, como preza a *design research*, na forma de um fluxo de atividades.

4.3.1 Critérios para as Soluções

Antes de se definir soluções que melhorem os resultados da universidade é importante que se defina um escopo para as soluções, ou seja, que se defina condições a serem atendidas pelas sugestões e que deixem claros os resultados que se espera alcançar com cada uma delas.

Na Quadro 04 são apresentados os critérios e, posteriormente, cada um deles será abordado com mais detalhes.

Quadro 04: Critérios Adotados para as Soluções.

Critérios Adotados
1. Coerência com a análise;
2. Melhoria nos resultados;
3. Manutenção dos serviços já oferecidos;
4. Imutabilidade de despesas obrigatórias;
5. Diferenciação de medidas vigentes.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O primeiro critério, como sua expressão sugere, indica que as soluções devem ser coerentes com a análise realizada, ou seja, as soluções devem atender aos pontos de melhoria indicados, de forma que sejam empregados maiores esforços nos pontos mais críticos da análise.

Já o segundo critério preza que as medidas sugeridas proporcionem melhorias no desempenho financeiro atual da instituição ou que, ao menos, proporcionem melhores condições para que o objeto de estudo enfrente os cortes orçamentários. O que será mensurado por meio de simulações de possíveis resultados.

Com o terceiro critério se tem como objetivo que as sugestões, não apenas proporcionem mudanças do ponto de vista financeiro, mas que não ocorra prejuízo dos serviços já oferecidos pela universidade, ou seja, que uma redução de despesas não seja alcançada com cortes de recursos para laboratórios, por exemplo.

O quarto critério indica que as sugestões não interfiram em despesas obrigatórias, como as despesas de Pessoal e Encargos, visto que isso poderia divergir do previsto no inciso VI do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que trata da irredutibilidade salarial, o que tornaria qualquer redução desse grupo de despesas inaplicável.

Por fim, o último critério preza que cada medida sugerida seja diferente ou que, ao menos, complemente qualquer ação realizada pela universidade atualmente. Sendo que essas informações devem ser buscadas em documentos oficiais da instituição e/ou com representantes da UFS.

4.3.2 Soluções Sugeridas

Neste subtópico se encontram as soluções sugeridas que, de acordo com o subtópico anterior, se enquadram dentro dos critérios adotados, entretanto as soluções foram concebidas de forma a não apenas evitar prejuízos aos serviços da UFS, mas também visam agregar à comunidade acadêmica na forma de conhecimento.

Além disso, para se adequarem à análise realizada, das três sugestões elaboradas, uma delas visa ao aumento das arrecadações da instituição e as outras duas visam a redução de despesas do grupo Outras Despesas Correntes, visto que este grupo possui em torno de 20% de representatividade no Balanço Orçamentário em todos os anos observados, sendo ele o de maior representatividade no orçamento após o grupo de Pessoal e Encargos.

Ressalta-se ainda que o grupo de Outras Despesas Correntes também foi definido como alvo das sugestões, pois é definido como uma despesa corrente que, por sua vez, é classificada como uma despesa orçamentaria, o que influencia diretamente nos resultados de diversos índices analisados e que tiveram baixos resultados como: equilíbrio orçamentário; resultado orçamentário; financeiro real da execução orçamentária; execução orçamentária; execução orçamentária corrente e execução financeira.

Na Figura 03 são apresentadas as três sugestões elaboradas e, em seguida, cada uma delas será abordada com mais detalhes.

Figura 03: Soluções sugeridas pela pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A primeira sugestão elaborada seria de alugar auditórios e outros espaços adequados para eventos como palestras, cursos externos e afins, porém mantendo os eventos internos da universidade como prioridade, o que proporcionaria um aumento de receitas sem afetar as atividades da instituição. Além disso, é recomendável que a UFS faça o uso de contratos com os locatários, de forma a não ter danos em seu patrimônio. E por último, como forma de agregar conhecimento aos alunos da UFS, ao alugar esses espaços poderiam ser feitos acordos entre a universidade e os contratantes para que haja a reserva de vagas gratuitas para os alunos nesses eventos, no caso de eventos pagos.

Ressalta-se que não foram encontradas restrições legais ou internas da universidade que impeçam a execução desta medida, o que é reforçado por uma ação semelhante realizada na Universidade Federal do Pará, como afirma a própria UFPA (2017). Porém, como a UFPA cobra taxas apenas com o objetivo de custear com gastos de utilização dos espaços, provavelmente seu retorno financeiro deve ser pouco expressivo, o que pode ser diferente no caso da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, que estabelece (para cada espaço alugado) valores que variam de 1 a 5 salários mínimos por turno, de acordo com a UFCSPA (2020), e que pode ser uma referência para a UFS, caso execute essa medida.

Como forma de estimar potenciais receitas com a primeira sugestão foi elaborada a Tabela 11, em que são apresentadas as receitas realizadas de alugueis arrecadados pela universidade ao longo dos anos observados, porém abaixo de cada valor se encontram valores de possíveis arrecadações com a sugestão elaborada.

Tabela 11: Cenários para arrecadações com a primeira sugestão.

Ano	2015	2016	2017	2018	Total
Receitas Realizadas	R\$ 953.850,98	R\$ 1.140.357,29	R\$ 1.342.500,78	R\$ 346.797,71	R\$ 3.783.566,76
Receita de 1%	R\$ 9.538,51	R\$ 11.403,57	R\$ 13.425,61	R\$ 3.467,98	R\$ 37.835,67
Receita de 5%	R\$ 47.692,55	R\$ 57.017,86	R\$ 67.128,04	R\$ 17.339,89	R\$ 189.178,34
Receita de 10%	R\$ 95.385,10	R\$ 114.035,73	R\$ 134.256,08	R\$ 34.679,77	R\$ 378.356,68

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Ao supor que a primeira sugestão arrecade valores inferiores aos recebidos pela universidade, foram pensados três cenários, em que cada um deles representa as arrecadações potenciais dessa sugestão, sendo: no primeiro cenário, uma arrecadação de 1% em relação ao realizado; no segundo, uma arrecadação de 5% em relação ao realizado; e no terceiro, uma arrecadação de 10%.

A segunda sugestão visa a ampliação das oportunidades de estágios supervisionados dentro da universidade, porém neste caso, os estágios teriam o foco em atividades mais práticas e que pudessem contribuir com a manutenção da infraestrutura da instituição, como por exemplo serviços na rede elétrica ou outros tipos de sistemas da universidade. Dessa forma a instituição proporcionaria aos alunos mais oportunidades para colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso, que pode carecer de práticas, em um ambiente familiar aos alunos (o que pode ser positivo no seu aprendizado) e cumprir com pré-requisitos para se formarem, como estágios obrigatórios, visto que Sergipe pode ser mais limitado em oferecer oportunidades para certas áreas de atuação. E, como consequência, a UFS poderia ter uma redução de despesas significativa relacionada à esses serviços.

Importante ressaltar que a segunda sugestão se adequa à análise realizada à partir do momento em que se sabe que o grupo de Outras Despesas Correntes reúne, dentre outras despesas, a contratação de terceirizados para serviços mais pontuais, como os relacionados à manutenção da infraestrutura da instituição, como explicado por Kohama (2016).

Para se ter uma noção das reduções que essa sugestão pode proporcionar foi elaborada a Tabela 12, que apresenta o valor total dos contratos firmados pela UFS de 2015 a 2018, relacionados a serviços de manutenção do patrimônio imobilizado da instituição, além de três possibilidades de reduções com a aplicação dessa medida.

Tabela 12: Cenários de reduções obtidas com a segunda sugestão.

Contratos de Serviços de 2015 - 2018	R\$ 7.233.714,85
Redução de 10%	R\$ 723.371,49
Redução de 25%	R\$ 1.808.428,71
Redução de 50%	R\$ 3.616.857,43

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Pode-se verificar na Tabela 12 que os percentuais adotados são maiores em relação à sugestão anterior, visto que essa é uma medida que depende principalmente do conhecimento dos alunos da universidade e não de uma demanda externa, o que aumenta as possibilidades de se alcançar melhores resultados. Entretanto, não foram adotados percentuais maiores, visto que a execução dessa medida necessita de investimentos, como a remuneração dos bolsistas, por exemplo, o que requereria um estudo aprofundado para definir o retorno exato que poderia ser obtido.

A última medida sugerida visa ao aumento de alunos que se formam no tempo padrão do curso (redução da retenção de alunos) e a redução das evasões de alunos dos seus respectivos cursos. Mas, para isso, duas ações são necessárias, são elas: ampliação das monitorias, ofertadas para as disciplinas com maior necessidade o que, diferente do que é feito atualmente, seria verificado por meio de uma pesquisa semestral com os discentes; e a realização de apresentações sobre os cursos da universidade antes do início das aulas, pois evitaria a matrícula de alunos que evadiriam por não conhecerem previamente o curso.

Ambas as ações citadas são sugeridas devido à influência da necessidade de reforço acadêmico e da vocação dos estudantes na evasão de alunos universitários, como afirmado por Tontini e Walter (2014).

Entretanto, as razões por trás das evasões de alunos, não se restringem apenas ao âmbito institucional, mas também a questões de ordem econômica e psicológica que, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional UFS 2016 – 2020 (2016), possuem forte influência na permanência dos alunos, porém já possuem ações de apoio psicossocial realizadas pela universidade e que, portanto, não se inserem nas medidas expostas neste trabalho.

Assim, de acordo com dados dos Anuários Estatísticos da UFS (2017; 2018), foi elaborada a Tabela 13, que evidencia a quantidade de alunos da UFS, e o valor de Outras Despesas Correntes por Aluno, pois dessa forma poderia ser estimada um

valor médio de quanto cada aluno custa para a universidade em cada ano, desconsiderando o grupo de despesas de Pessoal e Encargos. Além disso, nas duas últimas linhas são apresentadas quantidades hipotéticas de alunos diplomados e as respectivas reduções que podem acarretar.

Tabela 13: Estimativas de Redução de Despesas com Aumento de Diplomados.

Ano	2015	2016	2017	2018
Total de Alunos	27.494	26.524	26.403	25.975
Outras Despesas Correntes/Aluno	R\$ 5.633,54	R\$ 6.610,08	R\$ 6.636,48	R\$ 7.174,18
Diplomados	704	584	424	183
Redução com Diplomados	R\$ 3.966.012,16	R\$ 3.860.286,72	R\$ 2.813.867,52	R\$ 1.312.874,94

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Para o cálculo dos valores da terceira linha, realizou-se a divisão do total do grupo de despesas Outras Despesas Correntes pelo total de alunos dos seus respectivos anos.

Já a quantidade de diplomados foi definida de acordo com a diferença entre o total de diplomados de cada ano e 2.860, que representa a metade dos ingressantes em cada período observado. Por exemplo, em 2015 o total de diplomados foi de 2.156 alunos, porém, supondo que com as medidas sugeridas este número aumentasse para 2.860, seria necessário que mais 704 alunos se formassem neste ano.

Assim, na última linha, encontram-se as possíveis reduções de despesas que seriam obtidas com o aumento de diplomados, obtidas pelo produto entre o número de diplomados e o valor de Outras Despesas Correntes por Aluno.

Para finalizar a apresentação e simulação das sugestões foi elaborada a Tabela 14, que explicita o total das arrecadações/reduções de despesas de cada sugestão no melhor cenário considerado na pesquisa, além do total geral.

Tabela 14: Total das estimativas realizadas.

Sugestão 1	Sugestão 2	Sugestão 3	Total Geral
R\$ 378.356,68	R\$ 3.616.857,43	R\$ 11.953.041,34	R\$ 15.948.255,45

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Ao considerar as estimativas realizadas a quantia final não proporcionaria grandes modificações nos resultados dos índices, visto que o valor de 15 milhões não representa nem 3% das despesas de 2015 (a menor dentre os períodos analisados). Entretanto, ao confrontar o corte orçamentário de 2019, de 31,8 milhões, com o Total Geral da Tabela 14, o impacto do corte cairia para aproximadamente 15,8 milhões de reais, o que possibilita, nos próximos anos, uma situação menos dramática que a vivenciada pela universidade.

É importante enfatizar que, para a realização de estimativas mais assertivas, são necessários estudos mais aprofundados e que nesta pesquisa o objetivo é apenas o de apresentar as possibilidades de resultados que podem ser obtidos com a execução dessas sugestões.

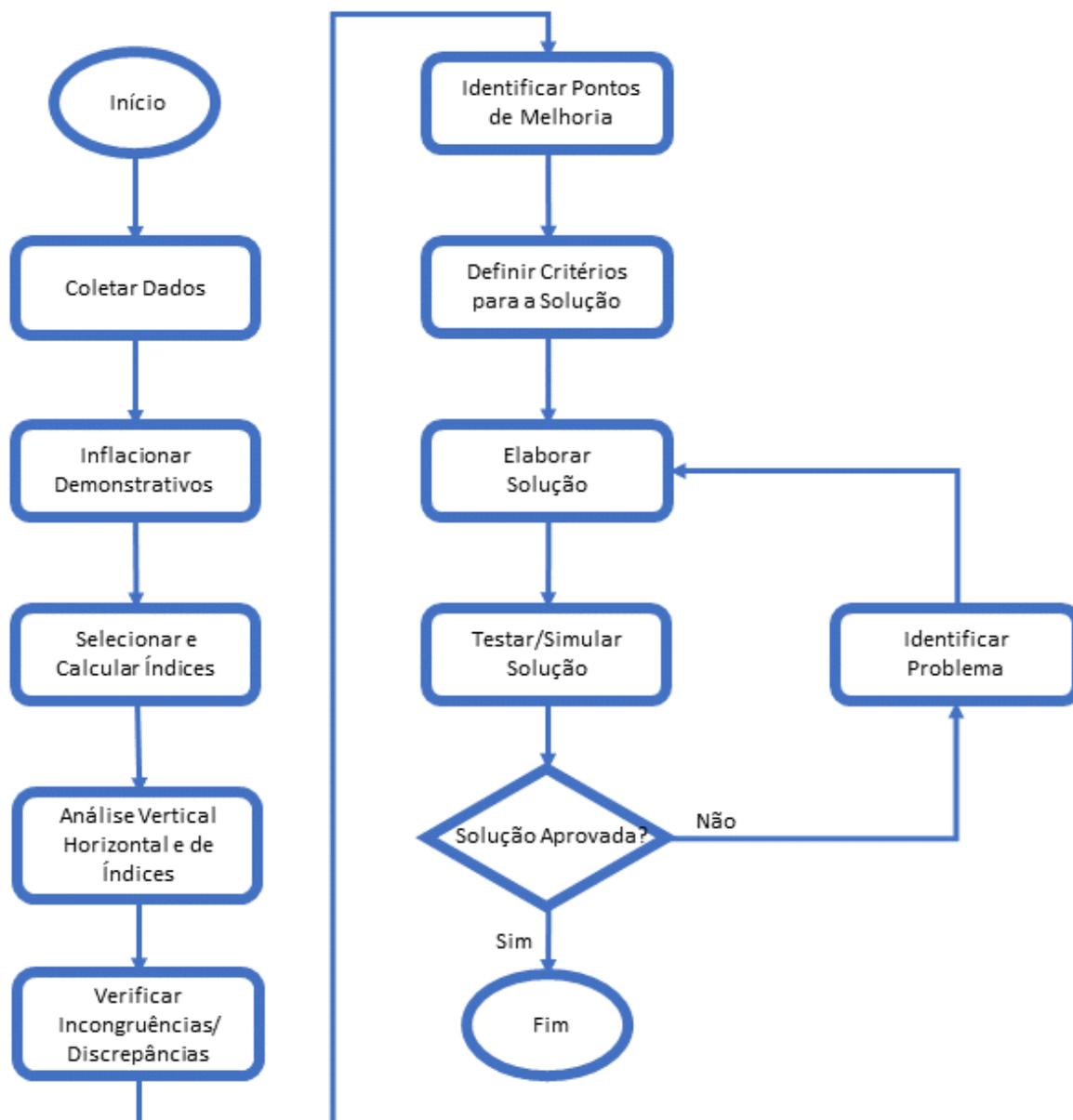
Por fim, além dos resultados financeiros que podem ser obtidos, é válido ressaltar que cada uma das sugestões elaboradas tem o potencial de gerar benefícios para a comunidade acadêmica, uma vez que, possibilitam maior acesso da comunidade a conhecimentos mais diversificados (por meio da primeira sugestão), maior contato com o cotidiano da profissão que cada aluno escolheu (por meio da segunda sugestão), maior auxílio na seleção do curso escolhido e maior auxílio ao aprendizado dos alunos (por meio da terceira sugestão), o que, em resumo, proporcionaria um ensino de maior qualidade.

4.4 Artefato

Neste tópico será apresentado o principal resultado almejado pelo trabalho, que é a criação de um artefato que, vale retomar, é o produto final da *design research*, e que pode ser criado na forma de um produto, método ou processo que visa resolver um problema prático.

Com esta pesquisa buscou-se a criação de um método que auxilie outros pesquisadores a: propor soluções adequadas para a gestão financeira de uma universidade pública com o uso da análise de demonstrativos contábeis da respectiva instituição. Assim, foi elaborada a Figura 04, que mostra o passo-a-passo realizado na pesquisa e que pode ser utilizado como exemplo para a análise de outras instituições.

Figura 04: Apresentação do Artefato.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Para compreender melhor o fluxograma da Figura 04, segue uma explicação mais detalhada:

1. A primeira etapa se refere à coleta dos dados necessários para a análise, assim, recomenda-se a busca por documentos oficiais da universidade que contenham seus demonstrativos contábeis e respectivas notas explicativas. Essas informações podem ser encontradas no Relatório de Gestão da

- instituição, caso haja este documento. Recomenda-se que sejam coletados os dados de um período de três a cinco anos da universidade, de forma a alcançar um diagnóstico mais preciso;
2. A segunda etapa indica que o analista inflacione os valores encontrados nos demonstrativos para o período mais recente, o que permitirá uma comparação entre os anos observados sem a interferência da inflação. Recomenda-se que seja escolhido um índice de inflação com características mais adequadas ao setor da instituição, sendo escolhido para essa pesquisa, o IGP-M;
 3. Na terceira etapa deve-se selecionar os índices a serem calculados pois, caso haja mudanças na estrutura dos demonstrativos do setor público, novos índices podem surgir na literatura, enquanto que outros podem se tornar obsoletos. Ressalta-se que os índices selecionados devem ser específicos do setor público, pois estes consideram as peculiaridades do setor. Após isso, deve-se calcular cada um dos índices previamente selecionados, porém sempre tendo o cuidado de realizar os cálculos de acordo com o disposto na literatura;
 4. Em seguida há a quarta etapa, em que são realizadas as análises vertical, horizontal e dos índices calculados. É importante que fique claro, desde o início da análise, quais as metas de desempenho para os índices a serem calculados. Recomenda-se que, após realizar as análises, o analista procure relacionar entre si os três tipos de análises. Assim, os pontos em comum podem se complementar e as divergências podem proporcionar novas observações, o que enriquecerá o diagnóstico final da instituição;
 5. Na quinta etapa deve-se realizar uma verificação completa dos demonstrativos e demais informações complementares, visto que pode haver incoerências entre algumas informações, como por exemplo entre os valores do Balanço Orçamentário e Financeiro, visto que são complementares entre si. Além disso, é importante verificar se há discrepâncias entre contas de diferentes anos, como uma receita que ficou abaixo do padrão dos outros anos observados. Caso se constate esses pontos, o analista deverá consultar os documentos oficiais da instituição (como o Relatório de Gestão) ou mesmo solicitar informações de um responsável do setor de contabilidade da universidade;

6. Nesta etapa, com a análise dos demonstrativos, deverá ser dado um diagnóstico a respeito do desempenho financeiro da instituição, de forma a explicitar qual a origem dos problemas/pontos de melhoria e, posteriormente, elaborar soluções adequadas à análise realizada;
7. A sétima etapa é a que antecede o desenvolvimento da solução e busca definir o escopo da solução, ou seja, define quais critérios devem ser seguidos para serem criadas as sugestões, de forma que o analista proponha soluções coerentes com a análise e contexto da instituição, além de deixar claro quais resultados devem ser alcançados com a proposta. Os critérios adotados podem ser diferentes a depender do contexto em que a universidade se insere;
8. Nesta etapa finalmente é desenvolvida a solução, que deve ser coerente com cada uma das etapas anteriores, com atenção maior ao diagnóstico realizado e os critérios adotados;
9. Em seguida a solução desenvolvida é avaliada, seja por meio de testes reais ou de simulações, de forma a conseguir estimar os resultados que a proposta elaborada pode alcançar. Caso a avaliação proporcione resultados satisfatórios, o projeto é finalizado;
10. Esta última etapa pode ou não ocorrer, pois se refere ao desvio do fluxo apresentado na Figura 04 que, por sua vez, depende do resultado da avaliação. Assim, caso os resultados dos testes não sejam satisfatórios, deve-se identificar os pontos de melhoria na solução e revisá-la para, em seguida, verificar se a nova solução é satisfatória. Se o resultado do novo teste for positivo, o projeto é finalizado, senão esta última etapa deverá ser repetida.

Contudo, assim como toda ferramenta, o artefato elaborado possui algumas limitações, como o fato de considerar apenas a pesquisa documental na coleta das informações, o que, apesar de possibilitar maior agilidade e independência ao pesquisador, pode restringir o volume de informações que se pode obter, de forma que pode ser necessário consultar representantes da universidade para a confirmação de informações, por exemplo.

Também por se apoiar nos dados divulgados pela instituição, há a possibilidade de que haja incorreções o que reduziria a confiabilidade da pesquisa. Entretanto, caso o pesquisador tenha uma boa comunicação com a universidade e

siga cada uma das etapas do artefato (principalmente as que se dedicam a verificar informações e realizar testes), as limitações expostas podem ser mitigadas ou até mesmo extinguidas, proporcionando maior qualidade às soluções geradas e, conseqüentemente, maiores benefícios à universidade analisada.

Com isso, se encerra a criação e documentação do artefato dessa pesquisa, o que permite a replicação desse trabalho com outras instituições federais de ensino superior e possibilita a criação de alternativas para os problemas que estas podem vir a enfrentar.

De forma a exemplificar a aplicação do artefato construído, segue uma adaptação de cada parte do fluxograma ao objeto de estudo do presente trabalho:

1. O início do trabalho se deu com a percepção sobre o contexto que as universidades federais se inserem, com os recentes cortes orçamentários, e que resultou no seguinte questionamento – como o desempenho financeiro de universidades públicas pode ser melhorado?
2. Na coleta dos dados foram utilizados os Relatórios de Gestão da UFS, que contêm os demonstrativos da instituição. Assim, foram utilizados neste trabalho o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, dos anos de 2015 a 2018;
3. Em seguida foram transferidos os dados dos demonstrativos para uma planilha eletrônica, para posteriormente serem inflacionados para o final do ano de 2019. Observa-se que o índice utilizado para inflacionar as demonstrações foi o IGP-M;
4. Nesta etapa foram calculados os índices aplicados ao setor público, selecionados de acordo com suas aplicações em trabalhos que se assemelhem da pesquisa, são eles – quociente de execução da receita, execução da despesa, equilíbrio orçamentário, resultado orçamentário, financeiro real da execução orçamentária, execução orçamentária, execução orçamentária corrente, execução orçamentária de capital, execução extraorçamentária, resultado da execução financeira, resultado dos saldos financeiros, situação financeira, situação permanente, resultado patrimonial e resultado das variações patrimoniais;

5. Aqui foram realizadas as análises dos índices calculados, além das análises vertical e horizontal. Porém, a realização dessas análises, se deu de forma padronizada com o que se encontra na literatura;
6. Em seguida, foram realizadas as verificações das informações coletadas e analisadas, sendo que neste trabalho foram encontrados alguns pontos que chamaram a atenção e, portanto, foram apresentados ao responsável do setor de contabilidade da UFS para entender as razões por trás disso;
7. Neste ponto do trabalho foi elaborado um diagnóstico a cerca da situação da universidade, ou seja, se há algo a ser melhorado e, caso haja, quais os pontos de atenção;
8. Após isso, foram elaborados os critérios que delimitaram as soluções, sendo que, neste trabalho, evitou-se ter soluções que envolvam mudanças em despesas obrigatórias, que afetassem negativamente os serviços ofertados pela UFS, que não fossem coerentes com o diagnóstico, além de ter como requisito que a solução proporcione alguma melhora nos desempenho financeiro da universidade;
9. Aqui foram desenvolvidas as soluções de acordo com os critérios estabelecidos, porém buscou-se ir além dos critérios e criar soluções que proporcionem mudanças não apenas na gestão dos recursos da universidade, mas também na geração de conhecimento dos discentes;
10. Por último, neste trabalho, foram realizadas estimativas a cerca dos resultados que as soluções poderiam proporcionar e, dentro das estimativas, percebe-se que mesmo não obtendo grandes mudanças nos índices calculados, o retorno que a UFS pode ter, é capaz de gerar resultados positivos e preparar a instituição contra cortes orçamentários como os que ocorreram recentemente. Dessa forma, a proposta elaborada consegue atender a todos os critérios estabelecidos e o artefato é concluído.

5 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi propor formas de melhorar o desempenho financeiro em uma universidade pública por meio de uma análise financeira da instituição, o que foi alcançado e pode ser comprovado com a observação de cada um dos objetivos específicos.

Um desses objetivos é a análise dos demonstrativos da universidade, que evidenciaram uma boa gestão financeira da UFS, mas que necessitava de aprimoramentos, devido ao contexto em que se encontrava. Assim, buscou-se alcançar outro objetivo, que se resume na proposição de melhorias na gestão financeira que, mesmo não causando grandes mudanças nos índices calculados, o retorno que a UFS pode ter é capaz de gerar resultados positivos e preparar a instituição contra cortes orçamentários como os que ocorreram recentemente ou até mesmo contra futuras crises, como a pandemia do coronavírus, vivenciada durante a realização deste trabalho.

Ainda em relação às sugestões, é importante ressaltar que mesmo que as sugestões possam se mostrar aplicáveis, sempre deve-se considerar que a tomada de decisões no setor público pode ser mais lenta e isso pode influenciar na execução de quaisquer novas medidas. Além disso, buscou-se em cada uma das soluções não a melhoria do desempenho financeiro-orçamentário de forma isolada, mas também proporcionar aos estudantes da UFS um ambiente ainda mais propício ao aprendizado, em aspectos que vão além da sala de aula, como os eventos que a UFS pode trazer com a primeira sugestão e a prática que os alunos podem obter com a segunda sugestão, por exemplo. Entretanto, ao analisar melhor o projeto, percebe-se que, além dos objetivos citados, alcançou-se outros que abrem precedentes para futuras pesquisas.

Contudo, esses futuros trabalhos não apenas se referem aos que podem ser replicados e que são consequência do artefato construído, mas também aos trabalhos que visem aprimorar o próprio artefato e obter resultados melhores que os deste trabalho. Como exemplo disso, pode-se citar que se um futuro projeto também envolver entrevistas com o gestor da instituição, a fim de obter mais insumos a respeito da sua gestão financeira, pode-se obter uma quantidade maior de sugestões, visto que alguma prática rotineira e que não consta em relatórios, pode impactar no seu desempenho.

Em relação à *design research*, pode-se dizer que, por ser um método relativamente novo no meio acadêmico, pode não ter tantos trabalhos que a utilizaram, o que aumenta a relevância deste projeto, que pode contribuir com a literatura e servir como porta de entrada para outras pesquisas que visem a resolução de problemas mais práticos, que podem se fazer presentes nas mais diversas áreas do conhecimento.

Por fim, têm-se como sugestões para trabalhos futuros, tanto os que visem replicar este artefato como os que visem melhorá-lo, que priorizem sempre a utilização das demonstrações dos cinco anos mais recentes na análise financeira, o que não foi possível para este trabalho. Além disso, é importante revisar os índices utilizados, visto que as incertezas constatadas aqui podem ser inexistentes no futuro.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, Samuel Gonçalves et al. **Análise dos indicadores de demonstrativos contábeis do município de Florianópolis**. 2017.

ARAUJO, Thalita Scárlatte de Noronha. **Análise das demonstrações contábeis do setor público um estudo de caso múltiplo realizado em dois municípios situados na região do Centro-Oeste mineiro**. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigerPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967. Organização da Administração Federal, Brasília, DF, fev. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 13 mai. 2020.

BRASIL, SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 8. ed. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. [S.l.]: [s.n.], 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL, SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 6. ed. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2013/26>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CAMARGO, Camila. **ANALISE DE INVESTIMENTOS E DEMONSTRATIVOS: FINANCEIROS**. Editora Ibpex, 2007.

Censo da Educação Superior de 2018. Inep. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf. Acesso em: 06 mar. 2020.

CHENG, Ângela; MENDES, Márcia Martins. **A importância e a responsabilidade da gestão financeira na empresa**. Caderno de Estudos, n. 1, p. 01-10, 1989.

Conheça a UFS. Assessoria de Comunicação - UFS. Disponível em: <http://divulgacoes.ufs.br/pagina/2517>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COSTA, R. M.; SILVA, JVM. **Design Research é uma metodologia de aplicação prática**. In: III Congresso Internacional de Pós-Graduações e Pesquisas Latinas em Administração e Estudos Organizacionais A administração e o Estudos Organizacionais no contexto Latino-Americano. 2014.

COSTA, Vagner Melo da. **Análise correlacional entre os indicadores contábeis e os indicadores de gestão: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

COSTA, André Ricardo Reis; DE ARAÚJO, João Tiago Souza. ANÁLISE DOS FATORES DETERMINANTES DA EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO DE MANAUS, NO PERÍODO DE 2010 A 2015. **Administração de Empresas em Revista**, v. 2, n. 13, p. 165-189, 2017.

CURI, Maria Aparecida et al. **Mensuração e alocação de custos no setor público de acordo com as atribuições da controladoria: Caso de uma Instituição Federal de Ensino Superior**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2012.

DANTAS, Rayane Darlley; DOS SANTOS, Danielly Pereira; DE CARVALHO LIMA, José Eduardo. **A influência da gestão financeira no desempenho dos Microempreendedores individuais da cidade de Juazeiro do Norte-CE**. Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, v. 5, n. 15, p. 02-10, 2018.

DESEMPENHO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desempenho/>. Acesso em: 13 mai. 2020.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; JÚNIOR, José Antonio Valle Antunes. **Design science research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Bookman Editora, 2015.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Uma Análise Distintiva entre o Estudo de Caso, A Pesquisa-Ação e a Design Science Research. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 17, n. 56, p. 1116-1133, 2015.

FERREIRA, Rosalvo. UFS. **Sobre os Impactos dos Bloqueios na UFS**. Disponível em: <http://www.ufs.br/conteudo/63478-sobre-os-impactos-dos-bloqueios-na-ufs>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, FGV, **Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M**, 2019. Disponível em: <https://www.portalbrasil.net/igpm.htm>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10ª Edição. São Paulo: Person Addison Wesley, 2004.

GORLA, Marcello CHRISTIANO; DE OLIVEIRA, Cosmo Rogério; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. Análise Crítica Comparativa da Utilização do IGP-M e Índices de Preços Setoriais Para a Tradução das Demonstrações Contábeis em Moeda de Valor Constante. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2010.

KISS, M. A. P. D. et al. Desempenho e talento esportivos. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 18, n. esp., p. 89-100, 2004.

KLERING, Luis Roque; DE CAMPOS SOARES PORSE, Melody; GUADAGNIN, Luis Alberto. **NOVOS CAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA**. Análise, v. 21, n. 1, 2010.

KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos: Teoria e Prática**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 15ª Edição. Editora Atlas, São Paulo, 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade introdutória**. 2010.

MARQUES, Maria da Conceição da Costa; ALMEIDA, José Joaquim Marques de. **Auditoria no sector público: um instrumento para a melhoria da gestão pública**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 15, n. 35, p. 84-95, 2004.

MARTINEZ, Raldiney Ribeiro et al. **Aplicação da análise de balanços nas demonstrações contábeis do município de Rio Brilhante-MS**. 2019.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; SILVA, Francisca de Paula Santos da; BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Design-based research ou pesquisa de desenvolvimento: metodologia para pesquisa aplicada de inovação em educação do século XXI**. Revista da FAEEBA, v. 23, n. 42, p. 23-36, 2014.

NASCIMENTO, Joelder Alves do et al. **Análise do desempenho econômico e financeiro de entidade da administração pública indireta**. 2017.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. Administração pública gerencial. **Rev. Direito**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1998.

NETO, Alexandre Assaf. **Finanças corporativas e valor**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2014.

Nota sobre bloqueio de orçamento da UFRJ. UFRJ. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2019/05/13/nota-sobre-bloqueio-de-orcamento-da-ufrj>. Acesso em: 18 mar. 2020

OAB e UFS discutem impactos de corte nos orçamentos destinados às universidades e institutos federais. OAB/SE. Disponível em: <http://oabsergipe.org.br/blog/2019/06/17/oab-e-ufs-discutem-impactos-de-corte-nos-orcamentos-destinados-as-universidades-e-institutos-federais/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de et al. **A análise das Demonstrações Contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações**. Revista Eletrônica: Gestão e Negócios, v. 1, n. 1, p. 1, 2010.

Orçamento da União. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/HistoricoBrasil>. Acesso em: 16 mai. 2020.

O que é Lei Orçamentária Anual (LOA)?. Ministério do Planejamento. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/leis-e-principios-orcamentarios/o-que-e-lei-orcamentaria-anual-loa>. Acesso em: 16 mai. 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. IESDE BRASIL SA, 2010.

Pesquisa revela como anda o planejamento financeiro dos empresários de MS. SEBRAE/MS. Disponível em: <http://www.ms.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/MS/pesquisa-revela-como-anda-o-planejamento-financeiro-dos-empresarios-de-ms,467643ca79cc2510VgnVCM1000004c00210aRCRD>.

QUEIROZ, Igor de Assis Sanderson de; RODRIGUES, Adriano. O Efeito das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) sobre a Aplicabilidade dos Índices de Kohama para Análise de Balanços Patrimoniais da União. **Pensar Contábil**, v. 14, n. 55, 2013.

QUINTANA, Alexandre Costa; ROZA, Mariana Costa da; DAMEDA, André das Neves. **Análise da relação entre os indicadores de gestão e os indicadores contábeis das Universidades Federais do Rio Grande do Sul**. 2011.

ROBERT, Y. I. N. et al. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RODRIGUES, Luciana Cantarino; BARRERA, Sylvia Domingos. Auto-eficácia e desempenho escolar em alunos do Ensino Fundamental. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 1, n. 2, 2007.

SANTOS, Ana Maria Lima dos et al. **Análise de indicadores econômico-financeiros da gestão pública: um estudo de casos múltiplos em entidades federais indiretas do município de Manaus**. 2009.

SILVA, Gilson Rodrigues da et al. UM ESTUDO SOBRE O MODELO FLEURIET APLICADO NA GESTÃO FINANCEIRA EM EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO LISTADAS NA BMFBOVESPA. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 8, n. 2, p. 92-109, 2016.

SILVA FREITAS JUNIOR, José Carlos da et al. **Design Research: Aplicações Práticas e Lições Aprendidas**. Revista de Administração FACES Journal, v. 14, n. 1, 2015.

SILVEIRA, Alexandre M.; BARROS, Lucas A.; FAMÁ, Rubens. **Estrutura de governança e desempenho financeiro nas companhias abertas brasileiras: um**

estudo empírico. Caderno de Pesquisas em Administração, v. 10, n. 1, p. 57-71, 2003.

STEINHAGEN, Adm Izabel Cristina Berto; DA SILVA, Gustavo Feitoza. **A Importância Do Equilíbrio Das Contas Públicas No Contexto Da Lei De Responsabilidade Fiscal: O Papel Do Administrador.** CARLA GIANI DA ROCHA MONIQUE REGINA BAYESTORFF DUARTE DE SOUSA Organizadoras.

TONTINI, Gérson; WALTER, Silvana Anita. Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos?: ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 19, n. 1, p. 89-110, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE, UFCSPA. **Uso de espaços físicos**, 2020. Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/vida-no-campus/servicos-no-campus/aluguel-de-espacos>. Acesso em: 30 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, UFPA. **UFPA disponibiliza diversos espaços para realização de eventos científicos, políticos e culturais**, 2017. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/7664-ufpa-disponibiliza-diversos-espacos-para-realizacao-de-eventos-cientificos-politicos-e-culturais>. Acesso em: 23 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, UFS, **Anuário Estatístico da UFS 2015 - 2017**, 2017. Disponível em: http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/5878/Anu_rio_Estat_stico_da_UFS_2015-2016-2017_v1_m_dia_qualidade.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, UFS, **Anuário Estatístico da UFS 2016 - 2018**, 2018. Disponível em: http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/7127/Anu_rio_Estat_stico_da_UFS_2016-2017-2018__final.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, UFS, **Plano de Desenvolvimento Institucional UFS 2016 – 2020**, 2016. Disponível em: http://oficiais.ufs.br/uploads/page_attach/path/1005/PDI-UFS_2016-2020__1_-min.pdf. Acesso em: 23 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, UFS, **Relatório de Gestão 2014**, 2015. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/959/relatorio_de_gestao_2014.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, UFS, **Relatório de Gestão 2015**, 2016. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/1460/Relatorio_de_Gest_o_2015-__De_acordo_com_o_CGU.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, UFS, **Relatório de Gestão 2016**, 2017. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/2441/Relat_rio_Final__PDF_-_ok.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, UFS, **Relatório de Gestão 2017**, 2018. Disponível em: https://daffy.ufs.br/uploads/page_attach/path/4519/Relat_rio_de_Gest_o_2017_-_Completo.pdf. Acesso em: 01 jul. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZUCCOLOTTO, Robson; DE PAIVA RIBEIRO, Clarice Pereira; ABRANTES, Luiz Antônio. **O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos estados brasileiros**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2008.

ANEXO A – Balanço Orçamentário Aplicado ao Setor Público.

<ENTE DA FEDERAÇÃO> BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Exercício: 20XX				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Atualizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes				
(I)				
Receita Tributária				
Receita de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Receitas de Capital				
(II)				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortizações de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)				
Operações de Crédito / Refinanciamento				
(IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária Contratual				
Operações de Crédito Externas				
Mobiliária Contratual				

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)						
Déficit (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
Saldos de Exercícios Anteriores						
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital (IX)						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência (X)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)						
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						

<ENTE DA FEDERAÇÃO>					
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
Exercício: 20XX					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
Despesas Correntes					
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	_____	_____	_____	_____	_____
Despesas de Capital					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida	_____	_____	_____	_____	_____
TOTAL	_____	_____	_____	_____	_____

ANEXO B – Balanço Financeiro Aplicado ao Setor Público.

<ENTE DA FEDERAÇÃO> BALANÇO FINANCEIRO			
INGRESSOS			
EXERCÍCIO: 20XX			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			
Ordinária			
Vinculada			
Recursos Vinculados à Educação			
Recursos Vinculados à Saúde			
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS			
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS			
Recursos Vinculados à Assistência Social			
(...)			
Outras Destinações de Recursos			
Transferências Financeiras Recebidas (II)			
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária			
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária			
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS			
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS			
Recebimentos Extraorçamentários (III)			
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			
Inscrição de Restos a Pagar Processados			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			
Outros Recebimentos Extraorçamentários			
Saldo do Exercício Anterior (IV)			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			
TOTAL (IV) = (I + II + III + IV)			

DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO: 20XX		
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)			
Ordinária			
Vinculada			
Recursos Destinados à Educação			
Recursos Destinados à Saúde			
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS			
Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS			
Recursos Destinados à Assistência Social			
(...)			
Outras Destinações de Recursos			
Transferências Financeiras Concedidas (VII)			
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária			
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária			
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS			
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS			
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)			
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados			
Pagamentos de Restos a Pagar Processados			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			
Outros Pagamentos Extraorçamentários			
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)			

ANEXO C – Balanço Patrimonial Aplicado ao Setor Público.

<ENTE DA FEDERAÇÃO>			
BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício: 20XX Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Créditos a Curto Prazo			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			
Estoques			
Ativo Não Circulante Mantido para Venda			
VPD Pagas Antecipadamente			
Total do Ativo Circulante			
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Investimentos			
Imobilizado			
Intangível			
Total do Ativo Não Circulante			
TOTAL DO ATIVO			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. E Assistenciais a Pagar a Curto Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo			
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo			
Total do Passivo Circulante			
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trab., Prev. E Assistenciais a Pagar a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			

Resultado Diferido		
Total do Passivo Não Circulante	_____	_____
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais reservas		
Resultados Acumulados		
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	_____	_____
	_____	_____
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		

<ENTE DA FEDERAÇÃO>		
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
(Lei nº 4.320/1964)		
	Exercício Atual	Exercício: 20XX Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro		
Ativo Permanente	_____	_____
Total do Ativo		
Passivo(II)		
Passivo financeiro		
Passivo Permanente	_____	_____
Total do Passivo	_____	_____
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		

<ENTE DA FEDERAÇÃO>		
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
(Lei nº 4.320/1964)		
	Exercício Atual	Exercício: 20XX Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas		
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	_____	_____
Direitos Contratuais		
Outros atos potenciais ativos		
Total dos Atos Potenciais Ativos		
Atos Potenciais Passivos	_____	_____
Garantias e Contragarantias concedidas		

Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	_____	_____
Obrigações contratuais		
Outros atos potenciais passivos	_____	_____
Total dos Atos Potenciais Passivos		

<ENTE DA FEDERAÇÃO>		
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
(Lei nº4.320/1964)		
		Exercício: 20XX
FONTES DE RECURSOS		Exercício Atual
		Exercício Anterior
<Código da fonte>	<Descrição da fonte>	
<Código da fonte>	<Descrição da fonte>	
<Código da fonte>	<Descrição da fonte>	
(...)	(...)	_____
Total das Fontes de Recursos		

ANEXO D – Demonstração das Variações Patrimoniais Aplicada ao Setor Público.

<ENTE DA FEDERAÇÃO>		
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
	Exercício: 20XX	
Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas		
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	_____	_____
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas		
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		
Tributárias		
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	_____	_____
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III)=(I-II)	_____	_____

ANEXO E – Balanço Orçamentário da UFS em 2015.

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	7497714,00	7497714,00	3339151,27	-4158562,73
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	702391,00	702391,00	701159,37	-1231,63
Receitas Imobiliárias	702391,00	702391,00	701159,37	-1231,63
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-

Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	5662950,00	5662950,00	2062898,57	-3600051,43
Transferências Correntes	298554,00	298554,00	-	-298554,00
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	298554,00	298554,00	-	-298554,00
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	833819,00	833819,00	575093,33	-258725,67
Multas e Juros de Mora	137697,00	137697,00	-170310,62	-308007,62
Indenizações e Restituições	684277,00	684277,00	745403,95	61126,95
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. De Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	11845,00	11845,00	-	-11845,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	144850,00	144850,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	144850,00	144850,00
Alienação de Bens Móveis	-	-	144850,00	144850,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-

Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferência de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. Da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	7497714,00	7497714,00	3484001,27	-4013712,73
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7497714,00	7497714,00	3484001,27	-4013712,73
DÉFICIT			614289189,94	614289189,94
TOTAL	7497714,00	7497714,00	617773191,21	610275477,21
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	466000,00	466000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	466000,00	466000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LÍQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	528558589,00	576322746,00	582789800,86	572780130,63	568062525,93	-6467054,86
Pessoal e Encargos Sociais	425578806,00	473077963,00	468933915,66	468933562,53	468933562,53	4144047,34
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	102979783,00	103244783,00	113855885,20	103846568,10	99128963,40	-10611102,2
DESPESAS DE CAPITAL	110834247,00	111300247,00	34983390,35	21999545,22	14946628,34	76316856,65
Investimentos	110834247,00	111300247,00	34983390,35	21999545,22	14946628,34	76316856,65
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	639392836,00	687622993,00	617773191,21	594779675,85	583009154,27	69849801,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	639392836,00	687622993,00	617773191,21	594779675,85	583009154,27	69849801,79
TOTAL	639392836,00	687622993,00	617773191,21	594779675,85	583009154,27	69849801,79

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3939913,8	11899440,17	9179645,6	8815356,4	2812834,15	4211163,42
Pessoa e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3939913,8	11899440,17	9179645,6	8815356,4	2812834,15	4211163,42
DESPESAS DE CAPITAL	3332658,59	18345695	15937812,67	15031455,53	2900176,2	3746721,86
Investimentos	3332658,59	18345695	15937812,67	15031455,53	2900176,2	3746721,86
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7272572,39	30245135,17	25117458,27	23846811,93	5713010,35	7957885,28

DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2641,10	1985664,72	1985164,72	500,00	2641,10
Pessoa e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2641,10	1985664,72	1985164,72	500,00	2641,10
DESPESAS DE CAPITAL	-	7716238,69	7716238,69	-	-
Investimentos	-	7716238,69	7716238,69	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2641,10	9701903,41	9701403,41	500,00	2641,10

ANEXO F – Balanço Orçamentário da UFS em 2016.

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4214192,00	4214192,00	7142933,70	2928741,70
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	656060,00	656060,00	926645,18	270585,18
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	656060,00	656060,00	926645,18	270585,18
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2732099,00	2732099,00	3717491,58	985392,58
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2388612,00	2388612,00	3714041,58	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	343487,00	343487,00	3450,00	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-

Outros Serviços				
Transferências Correntes	523526,00	523526,00	1836,44	-521689,56
Outras Receitas Correntes	302507,00	302507,00	2496960,50	2194453,50
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	58233,00	58233,00	312584,74	254351,74
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	244274,00	244274,00	2084174,80	1839900,80
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			100200,96	100200,96
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL	152237,00	152237,00	-	-152237,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	152237,00	152237,00	-	-152237,00
Alienação de Bens Móveis	152237,00	152237,00	-	-152237,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. Da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4366429,00	4366429,00	7142933,70	2776504,70
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-

Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4366429,00	4366429,00	7142933,70	2776504,70
DÉFICIT	-	-	694834813,24	694834813,24
TOTAL	4366429,00	4366429,00	701977746,94	697611317,94
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LÍQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	574887360,00	631836783,00	648944634,09	629237196,17	622651628,36	-17107851,09
Pessoal e Encargos Sociais	461662774,00	513566277,00	506476248,99	506469290,91	506469290,91	7090028,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	113224586,00	118270506,00	142468385,10	122767905,26	116182337,45	-24197879,1
DESPESAS DE CAPITAL	59325256,00	54070440,00	53033112,85	11532154,43	10666043,32	1037327,15
Investimentos	59325256,00	54070440,00	53033112,85	11532154,43	10666043,32	1037327,15
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	634212616,00	685907223,00	701977746,94	640769350,60	633317671,68	-16070523,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-

Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	634212616,00	685907223,00	701977746,94	640769350,60	633317671,68	-16070523,94
TOTAL	634212616,00	685907223,00	701977746,94	640769350,60	633317671,68	-16070523,94

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3846874,22	10009670,23	9173961,79	9083350,75	1668202,98	3104990,72
Pessoa e Encargos Sociais	-	353,13	-	-	353,13	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3846874,22	10009317,1	9173961,79	9083350,75	1667849,85	3104990,72
DESPESAS DE CAPITAL	2840364,72	12983845,13	11835430,04	11803291,35	1937118,51	2083799,99
Investimentos	2840364,72	12983845,13	11835430,04	11803291,35	1937118,51	2083799,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6687238,94	22993515,36	21009391,83	20886642,1	3605321,49	5188790,71

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2641,10	5081893,90	4925968,98	2712,65	155853,37
Pessoa e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2641,10	5081893,90	4925968,98	2712,65	155853,37
DESPESAS DE CAPITAL	-	7959274,02	7958296,79	977,23	-
Investimentos	-	7959274,02	7958296,79	977,23	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2641,10	13041167,92	12884265,77	3689,88	155853,37

ANEXO G – Balanço Orçamentário da UFS em 2017.

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4366405,00	4366405,00	6720621,29	2354216,29
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	490848,00	490848,00	1176451,46	685603,46
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	490848,00	490848,00	1169401,46	678553,46
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	7050,00	7050,00
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2861761,00	2861761,00	2148948,44	-712812,56
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2858140,00	2858140,00	2148898,44	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	3621,00	3621,00	-	-

Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	50,00	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1013796,00	1013796,00	3395221,39	2381425,39
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	357790,00	357790,00	4353,25	-353436,75
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	583020,00	583020,00	3279647,74	2696627,74
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	72986,00	72986,00	111220,40	38234,40
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4366405,00	4366405,00	6720621,29	2354216,29
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-

Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4366405,00	4366405,00	6720621,29	2354216,29
DÉFICIT	-	-	752784470,84	752784470,84
TOTAL	4366405,00	4366405,00	759505092,13	755138687,13
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LÍQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	674325357,00	715857024,00	733455427,54	700518322,52	694537585,09	-17598403,54
Pessoal e Encargos Sociais	542089611,00	583261320,00	580832114,71	580832114,71	580831361,80	2429205,29
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	132235746,00	132595704,00	152623312,83	119686207,81	113706223,29	-20027608,83
DESPESAS DE CAPITAL	51412586,00	46241501,00	26049664,59	6790078,73	5460995,61	20191836,41
Investimentos	51412586,00	46241501,00	26049664,59	6790078,73	5460995,61	20191836,41
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	725737943,00	762098525,00	759505092,13	707308401,25	699998580,70	2593432,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-

Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	725737943,00	762098525,00	759505092,13	707308401,25	699998580,70	2593432,87
TOTAL	725737943,00	762098525,00	759505092,13	707308401,25	699998580,70	2593432,87

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3014379,68	19707437,92	17063045,48	16989238,77	2273020,26	3459558,57
Pessoa e Encargos Sociais	-	6958,08	-	-	-	6958,08
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3014379,68	19700479,84	17063045,48	16989238,77	2273020,26	3452600,49
DESPESAS DE CAPITAL	2051661,3	41500958,42	38140617,4	37015905,78	1031679,89	5505034,05
Investimentos	2051661,3	41500958,42	38140617,4	37015905,78	1031679,89	5505034,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5066040,98	61208396,34	55203662,88	54005144,55	3304700,15	8964592,62

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	155853,37	6676178,85	6764706,16	487,79	66838,27
Pessoa e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	155853,37	6676178,85	6764706,16	487,79	66838,27
DESPEAS DE CAPITAL	-	898249,80	864775,80	33474,00	-
Investimentos	-	898249,80	864775,80	33474,00	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	155853,37	7574428,65	7629481,96	33961,79	66838,27

ANEXO H – Balanço Orçamentário da UFS em 2018.

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	6236034,00	6236034,00	3410889,48	-2825144,52
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1076159,00	1076159,00	305164,82	-770994,18
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1076159,00	1076159,00	300458,82	-775700,18
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	4706,00	4706,00
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	33,50	33,50
Receitas de Serviços	3475102,00	3475102,00	2129604,07	-1345497,93
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3475102,00	3475102,00	2125550,07	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	4000,00	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-

Outros Serviços	-	-	54,00	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1684773,00	1684773,00	976087,09	-708685,91
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	40250,00	40250,00	448,89	-39801,11
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1538673,00	1538673,00	733525,06	-805147,94
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	105850,00	105850,00	242113,14	136263,14
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	6236034,00	6236034,00	3410889,48	-2825144,52
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-

Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6236034,00	6236034,00	3410889,48	-2825144,52
DÉFICIT	-	-	803726404,30	803726404,30
TOTAL	6236034,00	6236034,00	807137293,78	800901259,78
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	723767631,00	774379611,00	778978988,35	745351681,89	691980913,55	-4599377,35
Pessoal e Encargos Sociais	587412106,00	639684268,00	617529603,74	617529603,74	572599449,24	22154664,26
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	136355525,00	134695343,00	161449384,61	127822078,15	119381464,31	-26754041,61
DESPESAS DE CAPITAL	22009150,00	22009150,00	28158305,43	8650020,09	8383369,27	-6149155,43
Investimentos	22009150,00	22009150,00	28158305,43	8650020,09	8383369,27	-6149155,43
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	745776781,00	796388761,00	807137293,78	754001701,98	700364282,82	-10748532,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-

Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	745776781,00	796388761,00	807137293,78	754001701,98	700364282,82	-10748532,78
TOTAL	745776781,00	796388761,00	807137293,78	754001701,98	700364282,82	-10748532,78

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3385751,86	32937105,02	27511286,68	27341046,22	1078183,44	7903627,22
Pessoa e Encargos Sociais	6958,08	-	-	-	6958,08	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3378793,78	32937105,02	27511286,68	27341046,22	1071225,36	7903627,22
DESPESAS DE CAPITAL	4380322,43	19259585,86	18327727,36	18048188,2	353554,78	5238165,31
Investimentos	4380322,43	19259585,86	18327727,36	18048188,2	353554,78	5238165,31
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7766074,29	52196690,88	45839014,04	45389234,42	1431738,22	13141792,53

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	66838,27	6054544,14	5996358,21	-	125024,20
Pessoa e Encargos Sociais	-	752,91	752,91	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	66838,27	6053791,23	5995605,30	-	125024,20
DESPESAS DE CAPITAL	-	2453794,74	2135088,40	7281,00	311425,34
Investimentos	-	2453794,74	2135088,40	7281,00	311425,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	66838,27	8508338,88	8131446,61	7281,00	436449,54

ANEXO I – Balanço Financeiro da UFS em 2015.

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	3484001,27	-	Despesas Orçamentárias	617773191,21	-
Ordinárias	317585,81	-	Ordinárias	173114512,67	-
Vinculadas	3891687,55	-	Vinculadas	444658678,54	-
Educação	-	-	Educação	365399642,18	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	127058,22	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	74209243,05	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3891687,55	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2777356,92	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	2145378,17	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-725272,09	-	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	671269034,86	-	Transferências Financeiras Concedidas	55040064,60	-
Resultantes da Execução Orçamentária	641048836,42	-	Resultantes da Execução Orçamentária	52035439,32	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	589013397,10	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	52035439,32	-	Sub-repasse Concedido	52035439,32	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-

Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	30220198,44	-	Independentes da Execução Orçamentária	3004625,28	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	28495645,36	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1961948,88	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1724553,08	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1042676,40	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	34769958,54	-	Despesas Extraorçamentárias	33572878,69	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	11770521,58	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	9701403,41	-
Inscrição dos restos a Pagar Não Processados	22993515,36	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	23846811,93	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-240545,83	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24663,35	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	246467,43	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2403,00	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	244064,43	-			

Saldo do Exercício Anterior	7005856,63	-	Saldo para o Exercício Seguinte	10142716,80	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	7005856,63	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	10142716,80	-
TOTAL	716528851,30	-	TOTAL	716528851,30	-

ANEXO J – Balanço Financeiro da UFS em 2016.

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	7142933,70	3484001,27	Despesas Orçamentárias	701977746,94	617773191,21
Ordinárias	97646,93	317585,81	Ordinárias	188135993,47	173114512,67
Vinculadas	7189836,96	3891687,55	Vinculadas	513841753,47	444658678,54
Educação	1151340,53	-	Educação	428168669,73	365399642,18
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	75624036,98	127058,22
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	74209243,05
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6038496,43	3891687,55	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8973550,63	2777356,92
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	1075496,13	2145378,17
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-144550,19	-725272,09	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	713924319,09	671269034,86	Transferências Financeiras Concedidas	57612870,60	55040064,60
Resultantes da Execução Orçamentária	687345726,64	641048836,42	Resultantes da Execução Orçamentária	56178283,43	52035439,32
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	631169995,21	589013397,10	Repasse Concedido	2552,00	-
Sub-repasse Recebido	56175731,43	52035439,32	Sub-repasse Concedido	56175731,43	52035439,32
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-

Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	26578592,45	30220198,44	Independentes da Execução Orçamentária	1434587,17	3004625,28
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	24810326,41	28495645,36	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	156640,20	1961948,88
Demais Transferências Recebidas	301,04	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1767965,00	1724553,08	Movimento de Saldos Patrimoniais	1277946,97	1042676,40
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	68896192,72	34769958,54	Despesas Extraorçamentárias	33988959,88	33572878,69
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7451678,92	11770521,58	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	12884265,77	9701403,41
Inscrição dos restos a Pagar Não Processados	61208396,34	22993515,36	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	20886642,10	23846811,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	39438,02	-240545,83	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	20395,34	24663,35
Outros Recebimentos Extraorçamentários	196679,44	246467,43	Outros Pagamentos Extraorçamentários	197656,67	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	2403,00	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	196679,44	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	197656,67	-
Demais Recebimentos	-	244064,43			

Saldo do Exercício Anterior	10142716,80	7005856,63	Saldo para o Exercício Seguinte	6526584,89	10142716,80
Caixa e Equivalentes de Caixa	10142716,80	7005856,63	Caixa e Equivalentes de Caixa	6526584,89	10142716,80
TOTAL	800106162,31	716528851,30	TOTAL	800106162,31	716528851,30

ANEXO K – Balanço Financeiro da UFS em 2017.

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	6720621,29	7142933,70	Despesas Orçamentárias	759505092,13	701977746,94
Ordinárias	165833,07	97646,93	Ordinárias	145181588,25	188135993,47
Vinculadas	6565400,79	7189836,96	Vinculadas	614323503,88	513841753,47
Educação	663485,29	1151340,53	Educação	491479509,92	428168669,73
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	115600901,13	75624036,98
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	1017539,97	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	5901915,50	6038496,43	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6225552,86	8973550,63
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	1075496,13
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-10612,57	-144550,19	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	824943144,92	713924319,09	Transferências Financeiras Concedidas	65022856,02	57612870,60
Resultantes da Execução Orçamentária	765331683,66	687345726,64	Resultantes da Execução Orçamentária	64136704,76	56178283,43
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	701198595,30	631169995,21	Repasse Concedido	3616,40	2552,00
Sub-repasse Recebido	64133088,36	56175731,43	Sub-repasse Concedido	64133088,36	56175731,43
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-

Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	59611461,26	26578592,45	Independentes da Execução Orçamentária	886151,26	1434587,17
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	55193077,55	24810326,41	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	46220,33	156640,20
Demais Transferências Recebidas	-	301,04	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4418383,71	1767965,00	Movimento de Saldos Patrimoniais	839930,93	1277946,97
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	59606266,78	68896192,72	Despesas Extraorçamentárias	61745734,41	33988959,88
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7309820,55	7451678,92	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	7629481,96	12884265,77
Inscrição dos restos a Pagar Não Processados	52196690,88	61208396,34	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	54005144,55	20886642,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	99755,35	39438,02	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	111107,90	20395,34
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	196679,44	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	197656,67
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	196679,44	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	197656,67
Demais Recebimentos	-	-			

Saldo do Exercício Anterior	6526584,89	10142716,80	Saldo para o Exercício Seguinte	11522935,32	6526584,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	6526584,89	10142716,80	Caixa e Equivalentes de Caixa	11522935,32	6526584,89
TOTAL	897796617,88	800106162,31	TOTAL	897796617,88	800106162,31

ANEXO L – Balanço Financeiro da UFS em 2018.

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	3410889,48	6720621,29	Despesas Orçamentárias	807137293,78	759505092,13
Ordinárias	-	165833,07	Ordinárias	636158896,77	145181588,25
Vinculadas	3439682,17	6565400,79	Vinculadas	170978397,01	614323503,88
Educação	244968,87	663485,29	Educação	2118928,24	491479509,92
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	3798559,01	115600901,13
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	1017539,97
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	119543414,51	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3194713,30	5901915,50	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	17265328,24	6225552,86
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	26652164,01	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-28792,69	-10612,57	Recursos de Receitas Financeiras	1600003,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	858511390,55	824943144,92	Transferências Financeiras Concedidas	64379352,34	65022856,02
Resultantes da Execução Orçamentária	808191259,33	765331683,66	Resultantes da Execução Orçamentária	63418911,61	64136704,76
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	744776463,12	701198595,30	Repasse Concedido	4115,40	3616,40
Sub-repasse Recebido	63414796,21	64133088,36	Sub-repasse Concedido	63414796,21	64133088,36
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-

Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	50320131,22	59611461,26	Independentes da Execução Orçamentária	960440,73	886151,26
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	46519360,81	55193077,55	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	452206,34	46220,33
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	0,01	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3800770,41	4418383,71	Movimento de Saldos Patrimoniais	508234,38	839930,93
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	107832741,54	59606266,78	Despesas Extraorçamentárias	54100219,69	61745734,41
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	53637419,16	7309820,55	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8131446,61	7629481,96
Inscrição dos restos a Pagar Não Processados	53135591,80	52196690,88	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	45389234,42	54005144,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	566162,18	99755,35	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	579538,66	111107,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários	493568,40	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	252376,82	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	241191,58	-			

Saldo do Exercício Anterior	11522935,32	6526584,89	Saldo para o Exercício Seguinte	55661091,08	11522935,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	11522935,32	6526584,89	Caixa e Equivalentes de Caixa	55661091,08	11522935,32
TOTAL	981277956,89	897796617,88	TOTAL	981277956,89	897796617,88

ANEXO M – Balanço Patrimonial da UFS em 2015.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	20514709,19	-	PASSIVO CIRCULANTE	19224603,38	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	10142716,80	-	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto	3610,24	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6991575,81	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	11776888,68	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2452,13	-
Estoques	3380416,58	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	7441652,33	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	466182694,63	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pag de Longo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. De Propriedades para	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	19224603,38	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-

Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução do Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	465711058,12	-	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	107254583,87	-	Demais reservas	-	-
Bens Móveis	128364233	-	Resultados Acumulados	467472800,44	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens	-21109649,08	-	Resultado do Exercício	26281894,32	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	441190406,12	-
Bens Imóveis	358456474,25	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	500,00	-
Bens Imóveis	358653909,50	-	(-) Ações/Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	-197435,29	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	467472800,44	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	471636,51	-			
Softwares	385758,51	-			
Softwares	385758,51	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	85878,00	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	85878,00	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			

(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	486697403,82	-	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	486697403,82	-

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	12206664,96	-	PASSIVO FINANCEIRO	47712706,18	-
ATIVO PERMANENTE	474490738,86	-	PASSIVO PERMANENTE	651374,99	-
SALDO PATRIMONIAL	-	-	SALDO PATRIMONIAL	438333322,65	-

ANEXO N – Balanço Patrimonial da UFS em 2016.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	11414599,53	20514709,19	PASSIVO CIRCULANTE	11766711,95	19224603,38
Caixa e Equivalentes de Caixa	6526584,89	10142716,80	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto	382543,25	3610,24
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2234112,1	6991575,81	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	10645025,90	11776888,68
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	2452,13
Estoques	2592344,71	3380416,58	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	61557,83	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	739142,80	7441652,33
ATIVO NÃO CIRCULANTE	728513062,64	466182694,63	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pag de Longo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. De Propriedades para	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	11766711,95	19224603,38
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-

Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução do Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	728022712,88	465711058,12	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	106650996,77	107254583,87	Demais reservas	-	-
Bens Móveis	135376825,9	128364233	Resultados Acumulados	728160950,22	467472800,44
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens	-28725829,12	-21109649,08	Resultado do Exercício	261247267,85	26281894,32
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	467472800,44	441190406,12
Bens Imóveis	621371716,11	358456474,25	Ajustes de Exercícios Anteriores	-559118,07	500,00
Bens Imóveis	622238575,3	358653909,50	(-) Ações/Cotas em Tesouraria		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	-866859,15	-197435,29	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	728160950,22	467472800,44
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	490349,76	471636,51			
Softwares	384010,19	385758,51			
Softwares	386658,51	385758,51			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2648,32	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	106339,57	85878,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	114695	85878,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-8355,43	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			

(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	739927662,17	486697403,82	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	739927662,17	486697403,82

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	6526584,89	12206664,96	PASSIVO FINANCEIRO	74267729,45	47712706,18
ATIVO PERMANENTE	733401077,28	474490738,86	PASSIVO PERMANENTE	381691,57	651374,99
SALDO PATRIMONIAL	-	-	SALDO PATRIMONIAL	665278241,15	438333322,65

ANEXO O – Balanço Patrimonial da UFS em 2017.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	13901523,16	11414599,53	PASSIVO CIRCULANTE	10898070,02	11766711,95
Caixa e Equivalentes de Caixa	11522935,32	6526584,89	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto	191400,00	382543,25
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	191757,25	2234112,1	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7632797,86	10645025,90
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	2117765,19	2592344,71	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	69065,4	61557,83	Demais Obrigações a Curto Prazo	3073872,16	739142,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE	764045006,87	728513062,64	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pag de Longo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. De Propriedades para	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	10898070,02	11766711,95
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-

Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução do Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	763532225,85	728022712,88	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	112749528,52	106650996,77	Demais reservas	-	-
Bens Móveis	149723765,4	135376825,9	Resultados Acumulados	767048460,01	728160950,22
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens	-36974236,84	-28725829,12	Resultado do Exercício	40693055,58	261247267,85
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	728160950,22	467472800,44
Bens Imóveis	650782697,33	621371716,11	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1805545,79	-559118,07
Bens Imóveis	654146955,2	622238575,3	(-) Ações/Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	-3364257,87	-866859,15	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	767048460,01	728160950,22
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	512781,02	490349,76			
Softwares	385346,19	384010,19			
Softwares	387994,51	386658,51			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2648,32	-2648,32			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	127434,83	106339,57			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	140355	114695			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-12920,17	-8355,43			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			

(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	777946530,03	739927662,17	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	777946530,03	739927662,17

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	11522935,32	6526584,89	PASSIVO FINANCEIRO	68789599,88	74267729,45
ATIVO PERMANENTE	766423594,71	733401077,28	PASSIVO PERMANENTE	-	381691,57
SALDO PATRIMONIAL	-	-	SALDO PATRIMONIAL	709156930,15	665278241,15

ANEXO P – Balanço Patrimonial da UFS em 2018.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	68949766,42	13901523,16	PASSIVO CIRCULANTE	57948001,51	10898070,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	55661091,08	11522935,32	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto	43078045,70	191400,00
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	10196942,95	191757,25	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5264831,87	7632797,86
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	3043457,88	2117765,19	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	48274,51	69065,4	Demais Obrigações a Curto Prazo	9605123,94	3073872,16
ATIVO NÃO CIRCULANTE	778507025,53	764045006,87	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pag de Longo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. De Propriedades para	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	57948001,51	10898070,02
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-

Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução do Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	777539537,31	763532225,85	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	116718871,18	112749528,52	Demais reservas	-	-
Bens Móveis	162514149,15	149723765,4	Resultados Acumulados	789508790,44	767048460,01
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens	-45795277,97	-36974236,84	Resultado do Exercício	23214587,95	40693055,58
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	767048460,01	728160950,22
Bens Imóveis	660820666,13	650782697,33	Ajustes de Exercícios Anteriores	-754257,52	-1805545,79
Bens Imóveis	666606218,23	654146955,2	(-) Ações/Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	-5785552,10	-3364257,87	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	789508790,44	767048460,01
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	967488,22	512781,02			
Softwares	813297,19	385346,19			
Softwares	815945,51	387994,51			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2648,32	-2648,32			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	154191,03	127434,83			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	171303,00	140355			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-17111,97	-12920,17			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Patentes	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			

(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	847456791,95	777946530,03	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	847456791,95	777946530,03

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	55661091,08	11522935,32	PASSIVO FINANCEIRO	120589534,11	68789599,88
ATIVO PERMANENTE	791795700,87	766423594,71	PASSIVO PERMANENTE	1235870,13	-
SALDO PATRIMONIAL	-	-	SALDO PATRIMONIAL	725631387,71	709156930,15

ANEXO Q – Demonstração das Variações Patrimoniais da UFS em 2015.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	689335775,57	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2764239,44	-
Venda de Mercadorias	46714,81	-
Venda de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2717524,63	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	62786,00	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	62786	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	674780352,37	-
Transferências Intragovernamentais	671269034,9	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3511317,51	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10364091,27	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2345158,71	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	8018932,56	-
Reversão de redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1364306,49	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1364306,49	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	663053881,25	-
Pessoal e Encargos	394088481,18	-
Remuneração a Pessoal	308497577,7	-
Encargos Patronais	63892573,06	-
Benefícios a Pessoal	21688899,11	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	9431,3	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	97797651,58	-
Aposentadorias e Reformas	81249295,37	-
Pensões	16393055,73	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	155300,48	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	67571919,60	-
Uso de material de Consumo	6361813,02	-
Serviços	55048728,77	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	6161377,81	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	13300,01	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	13118,51	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	181,5	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	55468129,53	-
Transferências Intragovernamentais	55040064,6	-
Transferências Intergovernamentais	54923,12	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	373141,81	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	24149465,23	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	2584096,81	-
Perdas Involuntárias	213994,04	-
Incorporação de Passivos	12422000,13	-
Desincorporação de Ativos	8929374,25	-
Tributárias	570004,18	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	749,72	-
Contribuições	569254,46	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. E dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-

Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	23394929,94	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	23394153,06	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	776,88	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	26281894,32	-

ANEXO R – Demonstração das Variações Patrimoniais da UFS em 2016.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	989123101,51	689335775,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4644255,73	2764239,44
Venda de Mercadorias	10892,5	46714,81
Venda de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	4633363,23	2717524,63
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	100307,03	62786,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	100307,03	62786
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	714982582,65	674780352,37
Transferências Intragovernamentais	713924319,1	671269034,9
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	1836,44	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1056427,12	3511317,51
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	265674864,14	10364091,27
Reavaliação de Ativos	202538162,4	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	57761567,91	2345158,71
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5375133,79	8018932,56
Reversão de redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3721091,96	1364306,49
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3721091,96	1364306,49
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	727875833,66	663053881,25
Pessoal e Encargos	433419221,64	394088481,18
Remuneração a Pessoal	333579798,4	308497577,7
Encargos Patronais	71356613,89	63892573,06
Benefícios a Pessoal	28476519,65	21688899,11
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	6289,74	9431,3
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	112863080,44	97797651,58
Aposentadorias e Reformas	91731126,49	81249295,37
Pensões	21014197,66	16393055,73
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	117756,29	155300,48
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	79072360,88	67571919,60
Uso de material de Consumo	4679517,54	6361813,02
Serviços	66453985,99	55048728,77
Depreciação, Amortização e Exaustão	7938857,35	6161377,81
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	375332,99	13300,01
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	375008,99	13118,51
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	324	181,5
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	58034896,76	55468129,53
Transferências Intragovernamentais	57612870,6	55040064,6
Transferências Intergovernamentais	-	54923,12
Transferências a Instituições Privadas	10000,43	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	412025,73	373141,81
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17157544,63	24149465,23
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	2584096,81
Perdas Involuntárias	61687,38	213994,04
Incorporação de Passivos	93600	12422000,13
Desincorporação de Ativos	17002257,25	8929374,25
Tributárias	552742,55	570004,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	157,17	749,72
Contribuições	552585,38	569254,46
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. E dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-

Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	26400653,77	23394929,94
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	26393884,56	23394153,06
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6769,21	776,88
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	261247267,85	26281894,32

ANEXO S – Demonstração das Variações Patrimoniais da UFS em 2017.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	836829998,95	989123101,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3325399,90	4644255,73
Venda de Mercadorias	7989,00	10892,5
Venda de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	3317410,90	4633363,23
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	111195,00	100307,03
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	111195,00	100307,03
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	827822166,59	714982582,65
Transferências Intragovernamentais	824943144,92	713924319,1
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	1836,44
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2879021,67	1056427,12
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1534618,43	265674864,14
Reavaliação de Ativos	1462874,16	202538162,4
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	2782,48	57761567,91
Ganhos com Desincorporação de Passivos	68961,79	5375133,79
Reversão de redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4036619,03	3721091,96
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4036619,03	3721091,96
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	796136943,37	727875833,66
Pessoal e Encargos	489920315,39	433419221,64
Remuneração a Pessoal	383189710,37	333579798,4
Encargos Patronais	78219545,85	71356613,89
Benefícios a Pessoal	28233188,29	28476519,65
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	277870,88	6289,74
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	126998578,67	112863080,44
Aposentadorias e Reformas	102068825,22	91731126,49
Pensões	24760437,60	21014197,66
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	169315,85	117756,29
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	81372283,03	79072360,88
Uso de material de Consumo	4812382,78	4679517,54
Serviços	65730138,32	66453985,99
Depreciação, Amortização e Exaustão	10829761,93	7938857,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	16463,19	375332,99
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	16463,19	375008,99
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	324
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	66725773,22	58034896,76
Transferências Intragovernamentais	65022856,02	57612870,6
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	118135,77	10000,43
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1584781,43	412025,73
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	318404,85	17157544,63
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	238153,89	61687,38
Incorporação de Passivos	-	93600
Desincorporação de Ativos	80250,96	17002257,25
Tributárias	676967,12	552742,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	157,17
Contribuições	676967,12	552585,38
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. E dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-

Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	30108157,90	26400653,77
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	30099614,50	26393884,56
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	8543,40	6769,21
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	40693055,58	261247267,85

ANEXO T – Demonstração das Variações Patrimoniais da UFS em 2018.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	863653429,73	836829998,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-
Impostos		-
Taxas		-
Contribuições de Melhoria		-
Contribuições		-
Contribuições Sociais		-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-
Contribuição de Iluminação Pública		-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2503019,94	3325399,90
Venda de Mercadorias	9644,70	7989,00
Venda de Produtos	33,50	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2493341,74	3317410,90
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	93218,70	111195,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-
Juros e Encargos de Mora	93218,70	111195,00
Variações Monetárias e Cambiais		-
Descontos Financeiros Obtidos		-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-
Aportes do Banco Central		-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-
Transferências e Delegações Recebidas	858856058,62	827822166,59
Transferências Intragovernamentais	858511390,55	824943144,92
Transferências Intergovernamentais		-
Transferências das Instituições Privadas		-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-
Transferências de Consórcios Públicos		-
Transferências do Exterior		-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-
Transferências de Pessoas Físicas		-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	344668,07	2879021,67
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	46740,60	1534618,43
Reavaliação de Ativos		1462874,16
Ganhos com Alienação		-
Ganhos com Incorporação de Ativos	46740,60	2782,48
Ganhos com Desincorporação de Passivos		68961,79
Reversão de redução ao Valor Recuperável		-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2154391,87	4036619,03
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-
Resultado Positivo de Participações		-
Operações da Autoridade Monetária		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2154391,87	4036619,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	840438841,78	796136943,37
Pessoal e Encargos	509426860,67	489920315,39
Remuneração a Pessoal	398695034,55	383189710,37
Encargos Patronais	82143427,57	78219545,85
Benefícios a Pessoal	28175179,09	28233188,29
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	413219,46	277870,88
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	134796188,32	126998578,67
Aposentadorias e Reformas	108002738,24	102068825,22
Pensões	26599162,42	24760437,60
Benefícios de Prestação Continuada		-
Benefícios Eventuais		-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	194287,66	169315,85
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	98199472,12	81372283,03
Uso de material de Consumo	6797061,13	4812382,78
Serviços	79957223,65	65730138,32
Depreciação, Amortização e Exaustão	11445187,34	10829761,93
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	37724,91	16463,19
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-
Juros e Encargos de Mora	21602,70	16463,19
Variações Monetárias e Cambiais		-
Descontos Financeiros Concedidos	16122,21	-
Aportes ao Banco Central		-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-
Transferências e Delegações Concedidas	64436395,78	66725773,22
Transferências Intragovernamentais	64138160,76	65022856,02
Transferências Intergovernamentais		-
Transferências a Instituições Privadas	65653,21	118135,77
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-
Transferências a Consórcios Públicos		-
Transferências ao Exterior		-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	232581,81	1584781,43
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1547068,13	318404,85
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-
Perdas com Alienação	1236651,50	-
Perdas Involuntárias	298195,93	238153,89
Incorporação de Passivos		-
Desincorporação de Ativos	12220,70	80250,96
Tributárias	523850,16	676967,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17822,85	-
Contribuições	506027,31	676967,12
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. E dos Serviços Prestados		-
Custo das Mercadorias Vendidas		-
Custos dos Produtos Vendidos		-

Custo dos Serviços Prestados		-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	31471281,69	30108157,90
Premiações		-
Resultado Negativo de Participações		-
Operações da Autoridade Monetária		-
Incentivos	31459257,47	30099614,50
Subvenções Econômicas		-
Participações e Contribuições		-
Constituição de Provisões		-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	12024,22	8543,40
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	23214587,95	40693055,58